

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

**Plano Estratégico
do Concelho de
Vila Franca de Xira**

**[DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS
DE DESENVOLVIMENTO
E DE ACTUAÇÃO ESTRATÉGICA]**

Setembro de 2003

ÍNDICE

	Pág.
APRESENTAÇÃO	i
1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO - MATRIZ POTENCIALIDADES/ /DEBILIDADES E OPORTUNIDADES/AMEAÇAS	1
2. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO/DESÍGNIO MOBILIZADOR	10
3. VECTORES DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAS DE ACTUAÇÃO	27
4. PROJECTOS ESTRATÉGICOS	41
5. ARTICULAÇÃO DO PEC-VILA FRANCA DE XIRA COM OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	75

APRESENTAÇÃO

A iniciativa municipal de elaboração do **Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira** tem lugar num momento particularmente rico de incidências em matéria de planeamento do desenvolvimento futuro do Concelho, momento que resulta da convergência de diversos factores relevantes:

- Ratificação do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), com reflexos sobre as condições de desenvolvimento futuro do Concelho e da sua envolvente mais próxima.
- Revisão do Plano Director Municipal, instrumento regulador do ordenamento das transformações de uso e ocupação do solo concelhio.
- Programação e realização de vários investimentos estruturantes, designadamente no domínio da infraestruturização viária, com impactos acentuados sobre a ocupação do território concelhio.
- Desenvolvimento operacional de diversos processos de reorganização empresarial e reconversão económica que desenham um quadro de efeitos de grande complexidade sobre a vocação económica e a capacidade empregadora de Vila Franca de Xira.
- Consolidação das tendências de crescimento demográfico, com implicações sobre o modelo de estruturação urbano-imobiliário, de ocupação do espaço público e de programação de equipamentos colectivos.

Nesta encruzilhada de desafios múltiplos, importa ter presente que as políticas de desenvolvimento definidas pelo poder regional/nacional com incidência directa em Vila Franca de Xira, bem como os investimentos públicos/privados efectuados na área do Concelho, condicionaram o respectivo desenvolvimento verificado nas últimas duas décadas. Ou seja, existe um patamar de resultados, em termos de um conjunto de potencialidades e debilidades que moldam a realidade “Concelho de Vila Franca de Xira” actual que delimitam um **Diagnóstico** que se constituiu como um quadro de referência orientador das políticas, programas, projectos e investimentos a definir e concretizar a curto/médio prazo.

Trata-se, então, de: (i) por um lado, maximizar os efeitos positivos decorrentes do aprofundamento das linhas de força do Concelho, transformando-as em oportunidades de desenvolvimento; e (ii) por outro lado, minimizar e/ou transformar os estrangulamentos e as lacunas detectadas, a partir da concretização de Programas de actuação e Projectos estratégicos.

A avaliação do conjunto de elementos favoráveis e de lacunas ou estrangulamentos, de um ponto de vista dinâmico, tem em vista suportar o exercício de construção de Cenários de Desenvolvimento no sentido de permitir a formulação das orientações futuras para o Concelho, numa óptica de fundamentação de **Programas de actuação**, remetendo para o universo de actores/intervenientes no processo de desenvolvimento do Concelho a concretização de **Projectos estratégicos**.

1

**DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO - MATRIZ POTENCIALIDADES/
/DEBILIDADES E OPORTUNIDADES/AMEAÇAS****[Demografia]**

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Evolução demográfica positiva, nas últimas décadas tanto no contexto da AML, como do País. ↗ Dinâmica populacional que tende a privilegiar o reforço da população em idade activa, num processo mais acentuado que o verificado ao nível da AML ou do País. ↗ Comportamento mais favorável, comparativamente à AML, da evolução dos contingentes mais jovens, mas também dos mais idosos. ↗ Estrutura demográfica com uma vitalidade induzida pelos movimentos imigratórios de população jovem que procura no Concelho habitação mais acessível. ↗ Inexistência de diferenças marcadas no comportamento demográfico das várias freguesias do Concelho. ↗ Concentração da população em aglomerações com mais de 5.000 habitantes, de onde derivam vantagens para a gestão urbanística. ↗ Aumento da capacidade de retenção da população residente activa. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Tendência para o desajustamento entre a oferta e a procura local de emprego. ↘ Tendência para uma ligeira diminuição do peso dos grupos etários mais jovens (0-14 anos) e progressivo aumento da população mais idosa. ↘ Freguesias mais rurais com maiores índices de envelhecimento. ↘ Existência de uma maior mobilidade residencial com implicações para a estabilidade dos efectivos demográficos. ↘ Ocupação territorial marcada por uma configuração linear derivada não só do desenvolvimento das vias de transportes, mas também da morfologia do território, gerando problemas acrescidos nas áreas do tráfego e da articulação da malha urbana. ↘ Reforço da dependência face a Lisboa no que respeita às deslocações casa/trabalho ou casa/estudo.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Estrutura da população com índices de juventude significativos num horizonte de médio prazo. ↗ Recursos humanos em idade activa que poderão suportar um desenvolvimento sustentado da base económica local. ↗ Sinais de vitalidade demográfica que não põem em risco o futuro desenvolvimento do Concelho. ↗ Capitalização a favor dos mercados locais de emprego e de consumo a população imigrante. ↗ Reforço da população urbana em meio rural com vantagens acrescidas nos domínios da qualidade de vida e do ambiente. ↗ Economias de urbanização facilitadoras da multiplicação do investimento público e privado. ↗ Aumento da interacção intra-concelhia com vantagens para a dinamização dos serviços e do comércio locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Riscos de desagregação social derivados do desajustamento entre a oferta e a procura de emprego. ↘ Acentuação de fenómenos de sub-urbanização, sobretudo nas freguesias a sul. ↘ Riscos de desadequação entre a procura e a oferta de equipamentos orientados para sectores específicos da população (jovens e idosos). ↘ Pressão sobre as comunidades mais rurais por via do alastramento da edificação e de uma maior procura de espaços naturalizados. ↘ Dificuldades de consolidação da rede urbana concelhia a partir da distribuição geográfica e da sua articulação funcional e respectivas complementaridades. ↘ Persistência da ausência de articulações de qualidade entre modos de transporte. ↘ Reforço da capacidade atractiva dos concelhos adjacentes mais distantes da capital.

[Transportes e acessibilidades]

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Boa cobertura territorial dos serviços suburbano e regional de curta e média distância no Concelho. ↗ Período diário alargado de funcionamento dos serviços suburbano e regional de curta. ↗ Elevado número de circulações diárias dos serviços suburbano e regional de curta e média distância. ↗ Acessibilidade favorável ao Norte e Centro do País, ao nível das ligações directas proporcionadas pelos serviços regional de longa distância e inter-regional. ↗ Elevada capacidade instalada nos diferentes modos de transporte, com débito elevado de quilómetros diários percorridos. ↗ Densidade de atravessamento de vias rodoviárias pertencentes à rede rodoviária principal e complementar. ↗ Concentração do povoamento favorecendo a definição de um nível de serviço com maior qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Taxas médias de utilização dos transportes públicos rodoviários muito baixas. ↘ Acessibilidade às estações e apeadeiros do Concelho condicionada pela à circulação e/ou atravessamento da EN 10. ↘ Qualidade e quantidade insatisfatórias dos interfaces rodo-ferroviários na maioria das estações. ↘ Fraca hierarquização da rede viária. ↘ Áreas urbanas com margem reduzida, em termos de espaço para estacionamento. ↘ Fortes condicionantes orográficas do interior do Concelho que dificultam a criação de ligações longitudinais alternativas à EN 10.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Reforço nos períodos de ponta dos serviços suburbano e regional de curta e média distância. ↗ O troço do IC 2 entre a CREL e o IC 11 e o próprio IC 11 poderão promover uma melhor reorganização do território. ↗ Novos nós do IP 1 nos Caniços, Sobralinho e Vila Franca de Xira (completamento do nó 2) ↗ Variantes aos centros urbanos de Vialonga e Vila Franca de Xira ↗ Estabelecimento de carreiras regulares, nas horas de ponta, assegurando a articulação entre a residência e o modo ferroviário. ↗ Reforço da acessibilidade rodoviária preconizada pelo PRN2000 através da construção do IC2-A10 e IC11. ↗ Pleno aproveitamento da quadruplicação da linha férrea. ↗ Construção da nova estação ferroviária de Vila Franca de Xira. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Reforço da dificuldade de integração funcional do transporte colectivo com o transporte individual. ↘ Persistência do aumento ao recurso do transporte individual. ↘ Dificuldade operacional de separar os tráfegos urbanos (deslocações internas em TP e TI, deslocações entre concelhos, de atravessamento, etc.) e entre estes e o correspondente às actividades industriais e logísticas.

[Ambiente]

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Posição na AML e no Estuário do Tejo/ “Centro” de articulação da Rede Ecológica Metropolitana (REM). ↗ Qualidade da paisagem natural. ↗ Faixa ribeirinha/Relação dos principais aglomerados urbanos com o Rio Tejo. ↗ Valorização turística e pedagógica das temáticas ambientais, culturais e patrimoniais. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Nível elevado de contaminação das águas afluentes ao estuário do Tejo. ↘ Degradação crescente dos possíveis eixos de articulação com as restantes áreas da REM (linhas de água e vales transversais ao Tejo). ↘ Baixa qualidade de algumas ocupações urbanas e industriais. ↘ Barreiras de infra-estruturas que dificultam a criação de relações lúdicas com o Rio e a qualificação dos espaços marginais. ↘ Múltiplas jurisdições sobre as áreas marginais dificultando a concretização de intervenções qualificantes. ↘ Degradação/desqualificação existente em muitas áreas adjacentes às áreas urbanas e ao Rio.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Reposição da importância do Rio no imaginário colectivo, e na cultura e identidade locais. ↗ Criação de espaços de recreio e lazer de elevada qualidade para a população local. ↗ Recuperação e requalificação de amplas áreas ribeirinhas degradadas, com a correspondente melhoria das condições ambientais de conjunto. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Crescimento da ocupação a um ritmo superior ao da capacidade de investimento na recuperação e na melhoria das condições ambientais. ↘ Ultrapassagem gradual da capacidade de carga dos sistemas naturais. ↘ Prolongamento da degradação ambiental em razão do aumento das pressões urbanísticas, do crescimento das infra-estruturas, da intensidade do tráfego motorizado, etc.

[Rede Urbana]

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Existência de zonas urbanas e edifícios isolados com valor patrimonial e histórico. ↗ Proximidade das áreas urbanas ao Rio Tejo. ↗ Existência de uma extensa frente de Rio, sem acidentes topográficos e de grande valor paisagístico. ↗ Importantes concentrações populacionais e de serviços de natureza social e económica. ↗ Ligações favoráveis à capital e proximidade a eixos rodo-ferroviários de âmbito regional e nacional. ↗ Existência de terrenos aptos para a implantação de indústrias e armazéns fundamentando a criação de uma plataforma logística em Alverca (proposta PROTAML). ↗ Existência de espaços livres situados sobretudo a norte da Cidade de Vila Franca de Xira e até à Vala do Carregado favorecedores do reordenamento espacial das actividades económicas e da logística, em particular. ↗ Existência de um importante equipamento de âmbito regional (MARL), situado na fronteira sul do Concelho, com potencial de indução de desenvolvimento económico e urbano na envolvente. ↗ Existência de condições para potenciar o desenvolvimento dos desportos náuticos e outras actividades lúdico/desportivas nas zonas ribeirinhas da Cidade de Vila Franca de Xira e da vila de Alhandra. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Corredor de passagem de diversas infra-estruturas, obrigando a áreas de protecção, condicionando as expansões urbanas e, em alguns casos, constituindo barreiras físicas de ligação com o Rio Tejo. ↘ Morfologia do território limitadora do desenvolvimento da rede urbana de uma forma linear, comprimida entre o Rio e as zonas mais acidentadas situadas a poente. ↘ Condicionamentos de natureza biofísica e administrativa de vários tipos relativamente às expansões urbanas. ↘ Problemas de circulação de trânsito e escassez de espaços de estacionamento. ↘ Existência de espaços urbanos públicos desqualificados. ↘ Parque habitacional com bolsas de edifícios envelhecidos e em deficiente estado de conservação. ↘ Zonas urbanas com elevadas densidades e de qualidade urbanística/arquitectónica insatisfatória, nomeadamente com escassez de espaços verdes. ↘ Existência de importantes áreas de génese ilegal situadas, tanto dentro dos perímetros urbanos, como nas zonas rurais. ↘ Áreas industriais degradadas e com impactes negativos na paisagem urbano-ambiental. ↘ Carências em equipamentos, sobretudo na zona sul, nos domínios da cultura, desporto e segurança social. ↘ Constituição geológica dos terrenos condicionadora da edificabilidade, em geral.

(continua)

[Rede Urbana]

(cont.)

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Minimização dos efeitos dos espaços canais e barreiras que hoje separam as zonas urbanas do Rio Tejo. ↗ Desenvolvimento da plataforma logística preconizada no PROTAML, de forma programada e ordenada, minimizando potenciais efeitos penalizadores do território. ↗ Aproveitamento da construção do Novo Aeroporto na Ota para programar o ordenamento urbanístico do norte do Concelho, com maior incidência no sector da logística. ↗ Aproveitamento de quintas existentes para fins turísticos, com a salvaguarda e conservação do património edificado. ↗ Potenciação do aproveitamento do Rio Tejo, nos domínios desportivo, lúdico e lazer pelas populações do Concelho. ↗ Aproveitamento da localização do MARL para potenciar o desenvolvimento do sul do Concelho, em especial, de Vialonga e Póvoa de Santa Iria, designadamente através da implantação de actividades complementares, contribuindo para melhorar a qualidade das zonas urbanas e dos equipamentos em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Intensificação do carácter de dormitório na zona sul do Concelho, traduzida no aumento da função residencial e em prejuízo dos serviços/actividades geradoras de emprego local. ↘ Contribuição do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) para o acentuar do “efeito de túnel” (que já existe com a AI), na faixa urbana e industrial, i.e., anulando os efeitos de atravessamento, em regra, benéficos para o desenvolvimento local. ↘ Construção desregulada de espaços de armazenagem, implicando o consumo de grande quantidade de solo, com impactes negativos na paisagem e no aumento de tráfego de pesados, com a consequente degradação das infra-estruturas rodoviárias existentes. ↘ Intensificação da construção desordenada nas freguesias rurais do Concelho. ↘ Alargamento eventual dos espaços canais já existentes (quadruplicação da linha de caminho de ferro, condução de abastecimento de gás natural e adutora de circunvalação).

[Actividades Económicas]

Potencialidades	Debilidades
<p>↗ Tecido económico diversificado, com unidades competitivas em inúmeros ramos de actividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - empresas agrícolas bem estruturadas, modernas e com produtividades elevadas; - base industrial diversificada, com unidades sólidas que sustentam importantes volumes de emprego; - fileira da construção, com uma rede de estabelecimentos ampla e completa; - forte crescimento das actividades terciárias (p.e., comércio, serviços pessoais e às empresas); - recursos com potencial de aproveitamento turístico, servidos por alojamento e restauração. <p>↗ Existência de importantes vantagens locativas, (boas acessibilidades, proximidade à Grande Lisboa, facilidade de aprovisionamento e acesso ao mercado, nomeadamente a serviços mais sofisticados).</p> <p>↗ Existência de espaços devolutos que podem ser reaproveitados para instalação de actividades económicas.</p> <p>↗ Estrutura de recursos humanos com uma elevada taxa de actividade e uma estrutura etária jovem.</p> <p>↗ Nível de qualificações relativamente elevados, sobretudo nas áreas industriais e dos serviços.</p> <p>↗ Oferta de formação tecnológica quer nos estabelecimentos do ensino secundário, quer no Centro Formação Profissional.</p>	<p>↘ Estagnação da instalação de unidades industriais.</p> <p>↘ Deficiente ordenamento industrial, com existência, em simultâneo, de espaços devolutos, áreas degradadas, problemas de mobilidade interna, afectando a atracção de actividades mais exigentes em qualidade do espaço urbano (turismo, indústria, serviços qualificados,...).</p> <p>↘ Congestionamento da rede viária interna durante as horas de ponta da actividade fabril.</p> <p>↘ Conflito entre unidades industriais poluidoras e áreas urbanas envolventes.</p> <p>↘ Comércio tradicional com estabelecimentos insuficientemente qualificados e diversificados.</p> <p>↘ Dificuldade de o sector terciário constituir uma alternativa à oferta de serviços às empresas de Lisboa.</p> <p>↘ Inexistência de terminais de mercadorias adequados.</p> <p>↘ Rede de infra-estruturas de suporte às actividades das empresas confrontadas com sérias debilidades (p.e., capacidade da rede eléctrica, saneamento e recolha de resíduos).</p> <p>↘ Debilidades dos recursos humanos, (baixas habilitações, estrutura etária envelhecida, reduzido peso de quadros superiores, escassez de técnicos intermédios - electricidade, mecânica, carpintaria,...).</p>

(continua)

[Actividades Económicas]

(cont.)

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Projecto de aproveitamento hidro-agrícola da Lezíria Grande (aumento do regadio e da produtividade). ↗ Aposta das unidades industriais em factores-chave de competitividade (marketing, certificação, I&D/OA&CT). ↗ Atracção de famílias com maior poder de compra, oportunidade para o desenvolvimento do terciário e redução da dependência em relação a Lisboa. ↗ Proximidade ao MARL (efeitos na instalação de novas actividades de logística inversa, logística de frio, ...). ↗ Desenvolvimento de um sector logístico qualificado, aproveitando as tendências globais de expansão do Concelho a Norte. ↗ Instalação do NAL, com impactes expectáveis na atracção de novas unidades de apoio ou expansão de existentes, na área da logística, manutenção de aeronaves, etc.. ↗ Aproveitamento da área da TERTIR, e de estruturas já existentes, para criação de um terminal multimodal. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Possibilidade de deslocalização de unidades industriais multinacionais, com consequências no potencial empregador concelhio. ↘ Dificuldades de recrutamento de mão-de-obra para o trabalho na indústria (falta de motivação dos jovens) podendo inviabilizar estratégias de expansão industrial das empresas já instaladas ou estratégias de atracção de novos estabelecimentos. ↘ Eventual abrandamento dos ritmos de construção, criando dificuldades a empresas do sector com menor dimensão. ↘ Efeitos do NAL a nível do congestionamento viário, limitando a atracção de novas unidades ou induzindo a saída de empresas instaladas. ↘ Impactes negativos da instalação do MARL sobre os diversos mercados do Concelho.

[Turismo]

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Existência de uma estrutura municipal dinâmica e interventiva ao nível da promoção e articulação da actividade turística ↗ Existência de grandes linhas orientadoras do desenvolvimento da actividade (Plano de Desenvolvimento Turístico). ↗ Existência de recursos susceptíveis de serem valorizados do ponto de vista turístico, no domínio natural/ambiental e na vertente cultural/monumental. ↗ Oferta bastante diversificada no âmbito das actividades de cultura/lazer (actividades culturais de carácter popular, exposições permanentes ou temporárias, festas, ...). ↗ Significativo número de visitantes, em especial durante os eventos de maior tradição e visibilidade externa (Salão do Cavalo, Festas do Colete Encarnado, Feira de Outubro, Mês do Sável, ...). ↗ Existência de diversas iniciativas empresariais de raiz endógena operando no domínio da animação turística e de lazer (percursos turísticos, centros equestres, ...). 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Imagem do Concelho pouco propícia ao desenvolvimento de actividades turísticas - imagem estruturada, sobretudo, pelos aspectos negativos decorrentes do modelo de desenvolvimento urbano/industrial, não incorporando um conjunto de dimensões positivas como a Lezíria, o Tejo, a ruralidade, a tradição popular, ...). ↘ Demasiada proximidade ao grande mercado de Lisboa que limita os efeitos no domínio das férias de média e longa duração, embora com efeitos positivos no fluxo de visitantes e nas estadias de muito curta duração. ↘ Oferta de alojamento escassa, pouco diversificada e relativamente standartizada, com a excepção das unidades de turismo em espaço rural.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Valorização/recuperação e mobilização de recursos susceptíveis de suportar/potenciar a oferta enquadrada em modalidades turísticas com crescente procura (turismo náutico, cultural, cinegético, de pesca, desportivo, TER,...). ↗ Criação/potenciação de aspectos inovadores ao nível da oferta, susceptíveis de promover a diferença e de colocar o Concelho no mapa turístico da AML (p.e., no domínio do alojamento, da articulação entre alojamento e actividades, do apoio ao turista, do controle de qualidade,...). ↗ Desenvolvimento de estratégias tendentes a fidelizar os visitantes e a transformá-los em turistas. ↗ Aposta no mercado de Lisboa/AML, no âmbito das estadias de curta duração, sobretudo de fins de semana, por forma a reverter o efeito negativo da distância e dentro da perspectiva de estabelecer um nível intermédio entre a visita e a estadia de média/longa duração. ↗ Aposta no turismo de convenções, congressos e reuniões (profissionais e científicas) aproveitando infra-estruturas existentes e a criar, a evolução previsível da base económica concelhia e a localização face ao NAL. <p>Aproveitamento do espólio cultural e arquitectónico para divulgar o Concelho e transmitir uma imagem positiva na óptica da atracção de novos visitantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Massificação/descharacterização da oferta de alojamento, a partir de novos projectos de investimento para o sector. ↘ Manutenção/agravamento da imagem do Concelho derivada da intensificação de processos de ocupação do solo pouco controlados (p.e., habitação, actividades económicas e grandes infra-estruturas). ↘ Crescente delapidação dos recursos físicos decorrente seja da persistência de algumas fontes poluidoras, seja do consumo de espaço para habitação, instalação de novas empresas ou acessibilidades, factores que consomem recursos e criam cenários paisagísticos incompatíveis com os requisitos para a valorização turística. ↘ Agravamento do já existente “efeito de túnel”, decorrente do reforço das acessibilidades entre Lisboa e as áreas do Norte. ↘ Concorrência de outras frentes ribeirinhas.

[Qualidade de Vida]

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Elementos de enquadramento paisagístico com capacidade de conferir unidade e identidade ao Concelho, mesmo tratando-se de áreas com dinâmicas urbano-demográficas diferenciadas. ↗ Indicadores da qualidade ambiental bastante positivos, em particular no que respeita à zona norte do Concelho. ↗ Conjunto alargado de infra-estruturas que respondem satisfatoriamente às necessidades básicas da população. ↗ Existência de uma rede de transportes e acessibilidades densa e de hierarquia superior. ↗ Emergência de um tecido social jovem e qualificado, em particular nas áreas de maior crescimento urbano. ↗ Forte presença do movimento associativo visível quer no volume de associações, quer na diversidade da oferta. ↗ Concelho com uma identidade cultural extremamente vincada, visível nas múltiplas manifestações de cariz tradicional, religioso, desportivo, etc.. ↗ Apreciável rede de equipamentos de desporto e lazer materializada quer em património edificado com interesse público, quer na construção de raiz de equipamentos como piscinas e pavilhões gimnodesportivos. ↗ Componente cultural registando um incremento assinalável através da sua integração física em espaços de lazer estruturantes e de uma correcta e qualificada programação dos eventos. ↗ Disponibilidade de espaços para uma intervenção de melhoria do ambiente urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Degradação de elementos da memória urbano-industrial fortemente penalizadora da imagem concelhia. ↘ Actividades económicas geradoras de um conjunto de impactos ambientais negativos, com destaque para os relativos ao ar, à água e à poluição sonora. ↘ Rede rodoviária interna com problemas de congestionamento devido ao excessivo tráfego de veículos pesados (associados às actividades industriais e à logística) e de veículos ligeiros (associados aos movimentos pendulares casa-trabalho). ↘ Infra-estruturas de recolha de resíduos sólidos urbanos com deficiente cobertura, sobretudo nas áreas sujeitas a uma maior pressão construtiva, envolvendo também limitações na recolha e tratamento selectivo dos RSU. ↘ Insuficiência da oferta de espaços públicos de proximidade. ↘ Desaproveitamento de potencialidades locais de qualificação ambiental, como linhas de água e de festo. ↘ Diversidade acentuada das formas de ocupação urbana geradoras de factores de perturbação e conflito. ↘ Matriz cultural e socio-económica muito estratificada, originando dificuldades de integração social e territorial. ↘ Espaço urbano sem atractivos no domínio do mobiliário urbano, nas valências de utilização, na circulação e estacionamento, etc.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↗ Aproveitamento do dinamismo económico para criar mais emprego e fixar a população no Concelho. ↗ Aproveitamento das boas acessibilidades para atrair novos investimentos produtivos e fixar a população. ↗ Associação da rede de transportes e das facilidades de mobilidade ao património, por forma a funcionarem como pólo de atracção de novos residentes. ↗ Aproveitamento do espírito associativo para apoiar a organização e diversificar iniciativas sociais, recreativas e culturais. ↗ Utilização dos elementos de enquadramento paisagístico para reforçar a ligação da população ao Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ↘ Tendência de agravamento dos problemas de poluição do ar, da água e sonora derivados da existência de actividades ligadas à indústria, ao tráfego motorizado e, indirectamente, à logística. ↘ Rápido crescimento demográfico e urbano originando diferentes ocupações do território e introduzindo dificuldades adicionais à sua gestão, bem como à integração de grupos sociais com especiais dificuldades. ↘ Agravamento das condições urbanísticas em resultado do acréscimo da densidade do espaço construído.

2

CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO/DESÍGNIO MOBILIZADOR

2.1. Vila Franca de Xira – os desafios essenciais

O concelho de Vila Franca de Xira possui, fruto da sua localização, um importante dinamismo económico (em diferentes sectores de actividade) e imobiliário, desempenhando um papel relevante na absorção das dinâmicas da Capital do País e assumindo a condição de uma das principais portas de entrada, a norte, na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho deve ter em consideração um complexo conjunto de questões, designadamente:

- (i) A concretização de investimentos viários estruturantes que vai “puxar” pela zona norte da AML, reforçando um eixo (tradicionalmente organizado em função da linha férrea) já presente nas dinâmicas de localização económica ao longo do Tejo. Entre as profundas alterações programadas nas acessibilidades internas e externas avultam: a transformação a prazo da CREL, como eixo-coroa da zona norte da AML (por via da deslocalização progressiva de unidades no seu interior e pelo poder de atracção de investimentos públicos, como o MARL); a construção da A10 entre Bucelas e a nova ponte sobre o Tejo (a norte do Carregado), com consequências directas no papel desempenhado pela A1; a construção da linha férrea de alta velocidade; o prolongamento do IC2 no interior do Concelho; a abertura de novos acessos na A1; e a eventual construção de nova estrutura aeroportuária.
- (ii) A criação de uma imagem dinâmica, associada à reestruturação competitiva das principais actividades na estrutura económica concelhia, nos diferentes sectores (agricultura, pecuária e 1ª transformação de produtos agrícolas, indústria, comércio e serviços), com potencialidades de melhorar a especialização produtiva, e a qualidade e o volume dos empregos criados.

- (iii) A criação de uma nova dinâmica de fruição do rio Tejo, que potencie as suas valências tanto pela criação/desenvolvimento de iniciativas/actividades a ele directamente ligadas, como pela utilização como meio que liga os espaços populacionais e as actividades económicas da bacia do Tejo.

A análise efectuada na componente de Diagnóstico Estratégico, permitiu sistematizar um conjunto de desafios que se colocam ao Concelho perante os quais este Plano pretende constituir uma base de resposta positiva, no sentido de que tais desafios se constituam como **janelas de oportunidade para a criação de uma nova dinâmica desenvolvimentista e de afirmação de Vila Franca no contexto regional, nacional e comunitário.**

DESAFIOS/JANELAS DE OPORTUNIDADE



Gerir o passado recente

No **plano urbanístico**, actuando em duas frentes distintas: (i) *melhorar aquilo que já existe, através de iniciativas concretas no domínio da requalificação urbana*; e (ii) *controlar os espaços de qualidade*, ainda, disponíveis, velando pelo adequado enquadramento urbanístico e ambiental e salvaguardando a existência de bolsas de terrenos de qualidade. Tendo em consideração a estrutura linear poli-nucleada de ocupação do território, onde se destacam, pela sua importância estruturante, dois pólos principais – Vila Franca de Xira e Alverca – (e que se prolonga naturalmente a sul, com núcleos como Bobadela e Sacavém, e a norte com Carregado e Azambuja), e atendendo às características próprias dos vários centros da rede urbana, importará, para a manutenção do equilíbrio do sistema urbano, desenvolver as potencialidades específicas de cada pólo da estrutura linear numa lógica integrada e coerente de complementaridade de funções.

No **plano da reconversão da base económica**, pela capacidade de:

- exploração das oportunidades de desenvolvimento e qualificação económica associadas à localização em Vila Franca de importantes unidades industriais;

- criação de condições de localização de novos investidores, tendo em vista a diversificação e a qualificação da actividade económica do Concelho;
- desenvolvimento do sector da logística, desde a instalação de unidades de carácter tradicional (transporte e armazenagem), até actividades sofisticadas de maior especialização (segmentos farmacêutico, do frio, da instrumentação electrónica, etc.); e
- criação de diversos pólos qualificados de serviços às empresas.

Requalificar e revalorizar o estuário do Tejo

Este desafio implica: (i) promover o diálogo entre os diversos actores com acção na faixa ribeirinha (AGPL, ICN, proprietários, investidores,...); (ii) concretizar os estudos já efectuados e estender as intervenções neles preconizadas a novas áreas ribeirinhas; (iii) potenciar as sinergias de articulação entre as iniciativas de requalificação ambiental/revalorização da área ribeirinha e outras acções decorrentes das grandes orientações estratégicas definidas ou a definir para o Concelho; e (iv) integrar o esforço de recuperação das margens num contexto mais alargado de devolver ao Rio Tejo algum do seu antigo papel de espinha vertebral do Concelho quer na dimensão económica, quer como trave estruturante do imaginário de identificação territorial dos munícipes.

A requalificação do Estuário deve ter associada uma nova imagem para o Concelho que recupere o imaginário e identidade, nomeadamente, dando visibilidade a actividades económicas relacionadas da cultura e o lazer (turismo rural, turismo fluvial, turismo de natureza, turismo cultural, desportos radicais e náuticos, exposições e concertos ao ar livre, etc.). Ao nível dos instrumentos, deve ser desenvolvido um *Plano de Imagem*, no sentido de reconstruir a imagem concelhia, de modo a associar a uma base económica inovadora, a habitação de qualidade, a fluidez de acessos, os valores do Tejo, do ambiente, da história e da cultura (popular e erudita).

(Re)construir uma nova centralidade

A concretização futura de um Novo Aeroporto constituirá um elemento fundamental na reconfiguração do tecido económico do Concelho, contribuindo para o reforço de Vila Franca de Xira no contexto da Plataforma Logística, no estabelecimento de pólos de serviços às empresas, no incremento da atracção de actividades diversificadas da nova geração (inovadoras e qualificadas). Em contrapartida, será, naturalmente, um elemento indutor de fenómenos de enorme pressão urbanística sobre o Concelho.

Neste desafio confluem duas interrogações diferentes e com âmbitos de gestão diversos:

- ⇒ Vila Franca de Xira será capaz de recuperar a sua antiga centralidade, retirando todas as vantagens de recomposição das acessibilidades a norte do Concelho, nomeadamente a nível viário e aeroportuário?
- ⇒ Recuperada a antiga centralidade, conseguirá Vila Franca de Xira, ao contrário do passado, absorver eficazmente os impactos decorrentes, ao nível da estrutura económica e do desenvolvimento imobiliário (aproveitando as oportunidades e afastando as ameaças)?



Defender a qualidade de vida dos residentes, utentes e visitantes

O desafio consiste em aplicar o conceito de qualidade de vida a intervenções de escala variada, mas em que o balanço final se salda em ganhos sensíveis em áreas como os transportes, os espaços de socialização, os equipamentos, a higiene e os serviços colectivos, a estética e o mobiliário urbano. Em concelhos como Vila Franca de Xira, não obstante as preocupações com o emprego, as acessibilidades e a educação, deve haver lugar a novas prioridades em outras esferas que, uma vez concretizadas, podem evoluir para um novo factor de atractividade (p.e., o espaço público urbano, a correcta distribuição e manutenção das áreas verdes, a escolha de mobiliário urbano, a luz artificial).

A imagem do espaço urbano, isto é, a paisagem urbana, tornando-se objecto de consumo, quando tem virtualidades pode ser desejada e, para quem nele esteja inserido, pode constituir-se em forte argumento de auto-estima. As intervenções sugeridas constituem, nessa perspectiva, um contributo inestimável para a qualificação dos territórios e das populações e

cumulativamente garantem a reconstrução de uma imagem urbana motivo de orgulho para quem vive em Vila Franca de Xira.

2.2. Vila Franca de Xira – os cenários de desenvolvimento

A análise, o enquadramento e as respostas possíveis em face dos desafios elencados, constituem suporte para a construção de cenários alternativos de desenvolvimento, os quais devem representar eixos de um debate em vista de visão consensualizada para o futuro do Concelho.

O exercício de cenarização tem como suporte de fundamentação os seguintes elementos de enquadramento:

⇒ No **contexto global**:

- (a) As tendências mais marcantes do início do Século XXI em que avultam: (i) por um lado, a fortíssima dinâmica dos processos de globalização, limitadores da força dos mercados domésticos e locais, impondo uma lógica de competitividade empresarial determinada pelos mercados globais onde se afere a viabilidade dos produtos e empresas; (ii) e, por outro lado, a emergência das relações entre economia –uso do espaço- ambiente, como elementos nucleares do modelo de crescimento.
- (b) A articulação do desenvolvimento económico, num quadro global e de assumpção plena das restrições ambientais, com a reconstrução de um modelo onde a justiça social e os padrões éticos e morais estão presentes, simultaneamente, uma tendência e um desejo imperioso.

A dinâmica social, demográfica e económica, a abertura à inovação, a flexibilidade e a qualidade dos processos e organizações, a gestão cuidada dos recursos, a valorização dos usos e costumes e dos direitos sociais (num contexto de reforço de novas comunidades), a

consensualidade das opções e acções numa lógica de actuação integrada, deverão constituir eixos nucleares de actuação, coexistindo com esta óptica global.

⇒ No **contexto regional e local**:

- (a) Um sector agrícola globalmente dinâmico, com níveis de produtividade elevados orientado para o mercado, com viabilidade para se constituir no futuro como um dos eixos de especialização produtiva local.
- (b) Uma actividade industrial que, embora tenha sofrido uma profunda reestruturação, tem contudo elementos para se especializar em alguns sectores de que são exemplo a fileira agro-química/alimentar e a fileira do material de transporte (em particular, o segmento aeronáutico), cujo impacto futuro, em articulação com o desenvolvimento de um novo sector de serviços, pode ser bastante significativo.
- (c) A existência de parte de uma “área crítica” (definição do PROTAML) no domínio urbano num contexto em que a insuficiência de infra-estruturas e equipamentos e a elevada e crescente densidade populacional (confirmada pelo último Recenseamento Populacional), constituem uma tendência pesada. A pressão urbana, em resultado dos investimentos a norte (novo Aeroporto e novos acessos rodoviários) e da expansão/deslocalização de populações e actividades vindas de Lisboa, irá acentuar os problemas da qualidade de vida urbana.
- (d) A existência de um elemento central – o estuário do Tejo – que deverá ser valorizado tanto no contexto paisagístico, associado ao lazer, ao desporto, à criação de estruturas no domínio do turismo/entretenimento, como também no domínio das relações de parceria entre populações e instituições ribeirinhas, criando efeitos sinérgicos para o seu aproveitamento.

A formulação de uma **orientação estratégica** que afirme o concelho de Vila Franca de Xira nesta multiplicidade de contextos, nacional e comunitário/regional e local, deve partir dos seguintes aspectos:

- (i) *Abertura ao mundo* que fortaleça as vantagens da localização do Concelho e das novas infra-estruturas aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias, definindo políticas activas de captação de investimentos industriais e de serviços, em particular nas áreas com condições de afirmação: fileiras agro-química/alimentar, do material de transporte, da logística, dos serviços e das indústrias de lazer.
- (ii) *Qualificação urbana*, a todos os níveis, o que implica: mais e melhores serviços e equipamentos públicos; construção/reabilitação de equipamentos de convívio e de actividades lúdicas/culturais/recreativas/desportivas; melhoria do ambiente e imagem urbana, com reabilitação dos espaços públicos, a estabilização de padrões elevados da limpeza, a colocação de arte pública e mobiliário urbano de qualidade; e a criação de empregos de proximidade, que permitam a gestão de iniciativas e equipamentos públicos e sejam particularmente dirigidos à integração de camadas e grupos sociais desfavorecidos e marginalizados.
- (iii) *Dinamismo empresarial*, atraindo empresas e criando empregos, através da exploração de sinergias entre iniciativas públicas e privadas, em particular nos domínios menos desenvolvidos e nas áreas cujo risco económico é mais elevado, mas que são decisivas para a qualidade de vida das populações.
- (iv) *Dinamismo das instituições*, cooperando, incentivando, apoiando, consensualizando e regulando, de forma a obter uma dinâmica consolidada, que promova novos agentes económicos e sociais.
- (v) *Qualificação dos recursos humanos*, com dinamização de iniciativas capazes de potenciar políticas activas do emprego, minorando a exclusão do mercado de trabalho de certos grupos (jovens, mulheres, trabalhadores menos qualificados muitas vezes oriundos de empresas em reestruturação, minorias) e favorecendo a criação de “empregos de proximidade” que suportem serviços às populações em áreas carenciadas.

Tomando como pressuposto central que é desejável e possível criar condições para conjugar, num esforço voluntarista, iniciativas que visem melhorar, em simultâneo, a capacidade competitiva e a qualidade de vida no Concelho, foram desenhados três cenários alternativos para equacionar a evolução do Concelho no horizonte da próxima década:

Cenário A – Modernização lenta e periférica.

Cenário B – Modernização extrovertida.

Cenário C – Modernização e integração regional.

As dimensões analíticas e as variáveis estratégicas retidas na construção de cada um dos cenários de desenvolvimento permitem uma apresentação de síntese estruturada em torno de duas leituras: Elementos Chave do cenário; e, Relação do Cenário com as orientações do PROTAML.

⇒ **CENÁRIO A - MODERNIZAÇÃO LENTA E PERIFÉRICA**

Elementos-chave do Cenário

O Cenário traduz uma evolução condicionada pelas opções exteriores, com fraca capacidade autónoma, acentuando um protagonismo periférico face a Lisboa, com o crescimento populacional a determinar a evolução económica dos sectores mais dinâmicos (construção civil e actividades conexas, serviços genéricos pouco especializados, comércio e distribuição,...).

Este Cenário induz importantes constrangimentos em matéria de qualidade de vida urbana retarda processos de requalificação dos espaços e do ambiente e condiciona o ritmo de articulação das redes viárias aos eixos principais, podendo induzir problemas significativos no plano social, a médio prazo.

O Cenário traduz, também, a maior dificuldade e alheamento do sistema produtivo local e do poder municipal em conduzir processos que já estão em andamento ou que se avizinham no médio prazo como a futura construção do NAL ou da Linha de Alta Velocidade, de modo a garantir vantagens objectivas para o Concelho.

A incapacidade de apropriar vantagens locais, tem como efeito não contrariar a expansão do

“efeito-túnel” em que o território serve apenas como suporte para o atravessamento de infra-estruturas, cujo consumo de espaço não tem paralelo em repercussões positivas sobre o sistema produtivo e social.

Relação do Cenário com as orientações do PROTAML

O PROTAML define áreas-problema e áreas dinamizadoras com implicações sobre o espaço concelhio, destacando-se a área crítica urbana entre Sacavém e Vila Franca e o espaço motor Carregado/Azambuja. Tanto para umas, como para outras, os poderes públicos manifestam dificuldades em capitalizar essas orientações resultando genericamente no arrastamento das situações existentes e na perda de oportunidades de regeneração dos espaços urbanos e económicos, por um lado, e na permanência de dificuldades de redinamização empresarial e social, por outro.

Considerada como uma área crítica urbana, o estado central não avança, em coerência, com investimentos orientados para a reestruturação e requalificação urbanas, com vista a inverter estas tendências de densificação a médio-longo prazo características deste Cenário.

⇒ CENÁRIO B - MODERNIZAÇÃO EXTROVERTIDA

Elementos-chave do Cenário

Este Cenário representa uma alternativa em que predominam iniciativas e capitais exteriores, que aposta numa extensão da plataforma logística (impulsionada pelo Novo Aeroporto), mas constitui um fenómeno disperso e atomizado, assente na precariedade das relações laborais e num modelo de utilização intensiva de mão-de-obra de reduzidas qualificações. Paralelamente, o cenário hipervaloriza a localização, as infra-estruturas e os mercados externos como agentes do dinamismo económico e social, relegando para segundo plano a coesão do tecido económico e os estímulos à qualificação dos recursos humanos e à melhoria da qualidade de vida urbana.

Neste Cenário, para além da extroversão da vida económica, assistir-se-á igualmente à persistência e até ao reforço dos fluxos de deslocação pendular entre locais de residência situados no Concelho e focos geradores de emprego situados no seu exterior. Entre outras consequências, existirá o risco de um excessivo peso da função residencial (mesmo com níveis aceitáveis de qualidade) face à oferta de emprego e a uma fragilização da vida social, a partir da contínua fragmentação dos espaços de trabalho e de residência (diminuindo os tempos disponíveis para a actividades de lazer, recreio, etc.).

Relação do Cenário com as orientações do PROTAML

Neste Cenário, existem níveis de menor compatibilidade com as recomendações preconizadas pelo PROTAML, em especial, nas limitações impostas à expansão urbana. As condições de funcionamento do mercado de emprego e do mercado imobiliário contribuiriam para acentuar o carácter sub-urbano que o PROTAML associou ao Concelho.

Este cenário de modernização extrovertida é também o produto de uma visão proposta pelo PROTAML para o Concelho em que não são entendidos como espaços motores da AML os eixos MARL/Alverca e Bobadela/Alverca e a área Carregado/Azambuja não é encarada pela contiguidade territorial que estabelece com Vila Franca de Xira.

⇒ CENÁRIO C - MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Elementos-chave do Cenário

Este Cenário é determinado por uma maior articulação entre as dinâmicas “puxadas do exterior” (novas infra-estruturas, crescimento populacional,...) e as “impulsionadas de dentro” (dinamismo económico na reestruturação das áreas tradicionais da indústria e na valorização dos produtos agrícolas, esforço de integração das oportunidades nascentes com as capacidades existentes – OGMA, como exemplo mais claro).

Ao mesmo tempo, este Cenário exige um renovado dinamismo dos poderes públicos, tornando-os mais reguladores, mas também mais orientadores quanto às regras de utilização

dos espaços públicos, qualificando áreas, dotando o Concelho de valências culturais, desportivas, lúdicas, recreativas (incluindo uma renovada articulação com o rio) e através de uma maior atenção à população jovem e à qualificação dos recursos humanos, tendo por finalidade gerar uma massa criativa de novas capacidades de iniciativa local dotada de ideias, ambições, anseios, projectos e apetência pelo risco.

Relação do Cenário com as orientações do PROTAML

Este Cenário tem capacidade para incorporar as orientações do PROTAML de forma objectiva através da intervenção urbanística visando a qualificação dos espaços livres e construídos, mas também, por via negocial e com a implicação dos poderes supra-locais (administração central e regional), em parcerias capazes de conceber e avançar com programas (já existentes ou a criar), que facilitem: (i) a reparação das debilidades apontadas (área urbana crítica a conter e qualificar, valorização social e urbana da frente ribeirinha, reutilização de espaços industriais); e (ii) a reconversão económica (substituição de áreas industriais de 2ª geração por espaços empresariais associados ao universo dos serviços e da produção de conhecimento), a dinamização social e cultural (estabelecimentos de ensino superior, equipamentos de saúde e desporto).

Em face do **grau de probabilidade destes cenários**, considera-se que a opção de desenvolvimento mais adequada para o Concelho corresponde ao **Cenário C – Modernização e Integração Regional**, em virtude de ser aquele que, simultaneamente, mais partido procura tirar das dinâmicas externas e internas, orientadas para a criação de condições que valorizem o papel do Concelho no quadro regional.

É um cenário que aposta numa estratégia mais cooperativa, com acentuação da valia da concertação estratégica dos diferentes agentes, e da requalificação do papel da intervenção pública local, como orientadora, reguladora e incentivadora do desenvolvimento. Ou seja, o cenário valoriza o esforço dos diferentes agentes públicos e privados na procura de respostas quer para as evidentes dificuldades do “ponto de partida”, quer na exploração das oportunidades que se abrem tanto pelo peso estruturante das políticas e dos investimentos

públicos como pela pressão tendencial do crescimento populacional (com tudo o que de positivo e menos favorável tem na gestão urbana).

A conjugação destes pressupostos apoia a construção de um modelo que, fortemente condicionado pelo ambiente regional em que se desenrola, aposta na plena compreensão por parte dos agentes locais de que a sua intervenção é fundamental para a construção de um futuro diferente para Vila Franca de Xira e que só com a sua participação, entendida como uma concertação de esforços e de cooperação activa, será possível alcançar os níveis de desenvolvimento que se encontram subjacentes ao Cenário prospectivo proposto.

A janela de oportunidade que se abre a Vila Franca de Xira, através dos Programas de Actuação e Projectos Estratégicos definidos neste Plano Estratégico e que permitirão concretizar aquele Cenário, assenta, antes de mais, na capacidade que o poder autárquico possa demonstrar na congregação de vontades, na captação de recursos, nomeadamente financeiros, na definição clara das prioridades e na organização interna dos serviços autárquicos, modernizando-os e reestruturando-os, de modo a corresponder ao nível do desafio proposto.

Optar por um Cenário ambicioso constitui, assim, um momento privilegiado em que se exige ao poder autárquico um comportamento novo, de liderança assumida face ao conjunto da sociedade local e de procura de soluções imaginativas, visando ganhar a aposta do desenvolvimento sustentado para o Concelho a que preside.

Este papel de liderança municipal deverá ser um papel de concertação estratégica para o desenvolvimento, visando: (i) a motivação dos actores para orientarem as suas estratégias individuais e/ou colectivas para a prossecução dos objectivos e das acções subjacentes ao Cenário mais desejado ou para a sua não inviabilização, em virtude de eventuais estratégias divergentes; (ii) a possibilidade de contratualizar com outras entidades a execução e/ou a gestão de projectos e iniciativas; (iii) a possibilidade de articular esforços financeiros ou de *lobbying* para a concretização de determinadas acções.

Neste contexto aparece como particularmente importante a articulação/concertação da Autarquia: (i) com as tutelas sectoriais e regionais, garantindo a concretização de investimentos estruturantes no domínio das infra-estruturas e dos equipamentos; (ii) com as grandes empresas e os seus representantes – as associações empresariais –, sobretudo para a implementação de projectos de interesse para ambas as partes; e (iii) com os actores dos domínios cultural e social, tendo em vista a construção de parcerias de projecto para alcançar objectivos comuns.

2.3. Objectivo central da Estratégia e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

A consideração dos pressupostos associados à opção pelo **Cenário C – Modernização e Integração Regional**, e, sobretudo, a necessidade urgente de encontrar respostas adequadas aos desafios que se colocam no presente a Vila Franca de Xira, de modo a transformá-los em momentos de afirmação regional/nacional a partir da Área Metropolitana de Lisboa, aponta para um **Objectivo central**:

Vila Franca de Xira: um Concelho de Qualidade, renovada
Porta Norte da Área Metropolitana de Lisboa

Para a concretização deste Objectivo central, considera-se fundamental uma actuação concertada ao nível das iniciativas a empreender (pressupondo, também, a articulação entre os agentes locais), a qual deve-se estruturar em torno de um conjunto de **Linhas Estratégicas de Desenvolvimento** (LED). Estas LED, enquadrando actuações que directamente contribuem para alcançar o Objectivo central, possuem implicações transversais a toda a actividade humana, fundamentais para um desenvolvimento equilibrado e solidário. É em torno das LED que se estruturará o corpo das iniciativas e acções a desenvolver pelos agentes locais, com especial incidência para o papel de *pivot* que compete à Autarquia, como elemento motivador/congregador do colectivo vilafranquense.

As **Linhas Estratégicas de Desenvolvimento** definidas visam, partindo da realidade actual do Concelho, balizar os Vectors de Desenvolvimento, no sentido de que os mesmos sejam instrumentos essenciais e eficazes para alcançar o Objectivo central estabelecido. Pretende-se, no contexto regional/nacional que baliza as opções a tomar, definir um caminho específico para o Concelho, que contribua para a sua afirmação e diferenciação no âmbito da AML, e, ao mesmo tempo, aprofunde a sua relação de integração e complementaridade com os concelhos vizinhos, numa óptica de crescimento equilibrado da Região em que se inscreve. As LED resultam, assim, da reflexão em torno da necessária articulação entre:

- ⇒ O Objectivo central: *Vila Franca de Xira - um Concelho de Qualidade, renovada Porta Norte da Área Metropolitana de Lisboa.*
- ⇒ As decisões de carácter estratégico de suporte ao desenvolvimento sustentado da economia, nomeadamente no que se refere à construção das infra-estruturas de apoio à actividade produtiva – viárias, ferroviárias, plataformas logísticas, ambientais, energéticas e de comunicações.
- ⇒ Os vectores imateriais de suporte ao desenvolvimento (ligados essencialmente às questões da formação, o acesso à informação, da existência de serviços de apoio à actividade económica, etc.).
- ⇒ Os níveis de atractividade de Vila Franca de Xira (a qualificação urbana e ambiental, o turismo e lazer, a qualidade dos serviços, etc.).

Em *síntese*, são as seguintes as **Linhas Estratégicas de Desenvolvimento** para o Concelho, no horizonte da próxima década:

- LED 1 Valorizar o património natural e cultural – Vila Franca de Xira, Município com Identidade**
- LED 2 Produzir e difundir inovação – Vila Franca de Xira, Município Inteligente**
- LED 3: Criar condições necessárias ao desenvolvimento sustentado da**

economia – Vila Franca de Xira, Município Competitivo

- LED 4 Reforçar a coesão social e territorial - Vila Franca de Xira, Município Solidário**
- LED 5 Promover a reorganização dos espaços urbanos e consolidar as novas áreas de expansão – Vila Franca de Xira, Município de Qualidade**

Vila Franca de Xira - Município com Identidade, constitui uma aposta decisiva na criação de um Município com identidade, capaz de contribuir para o conceito de comunidade vilafranquense, enquanto processo contínuo de construção e reconstrução de sentimentos comuns entre os moradores/utilizadores do espaço, criando níveis identitários com o território e com as práticas colectivas e com as ideias e valores colectivos.

Vila Franca de Xira - Município Inteligente, visa reforçar as potencialidades endógenas do Concelho e a capacidade de atrair actividades económicas qualificadas, através da produção e difusão de factores de inovação, aumentando deste modo a competitividade empresarial e territorial de Vila Franca de Xira.

Vila Franca de Xira - Município Competitivo, reforça a orientação de aproveitamento das oportunidades que potenciam o incremento do desenvolvimento da economia local e regional, visando criar as condições para a competitividade concelhia, entendendo-se competitividade como a capacidade de desenvolver um tecido produtivo fonte de saberes-fazer colectivos reconhecíveis pelo mercado e identitariamente distintos e inimitáveis.

Vila Franca de Xira - Município Solidário, dá corpo a uma função de prevenção pró-activa relativamente aos riscos que emanam de processos rápidos de crescimento urbano e económico, que tendencialmente acentuam os fenómenos de dualismo nas dinâmicas sociais, enquadrando intervenções que na dimensão socio-demográfica se constituam

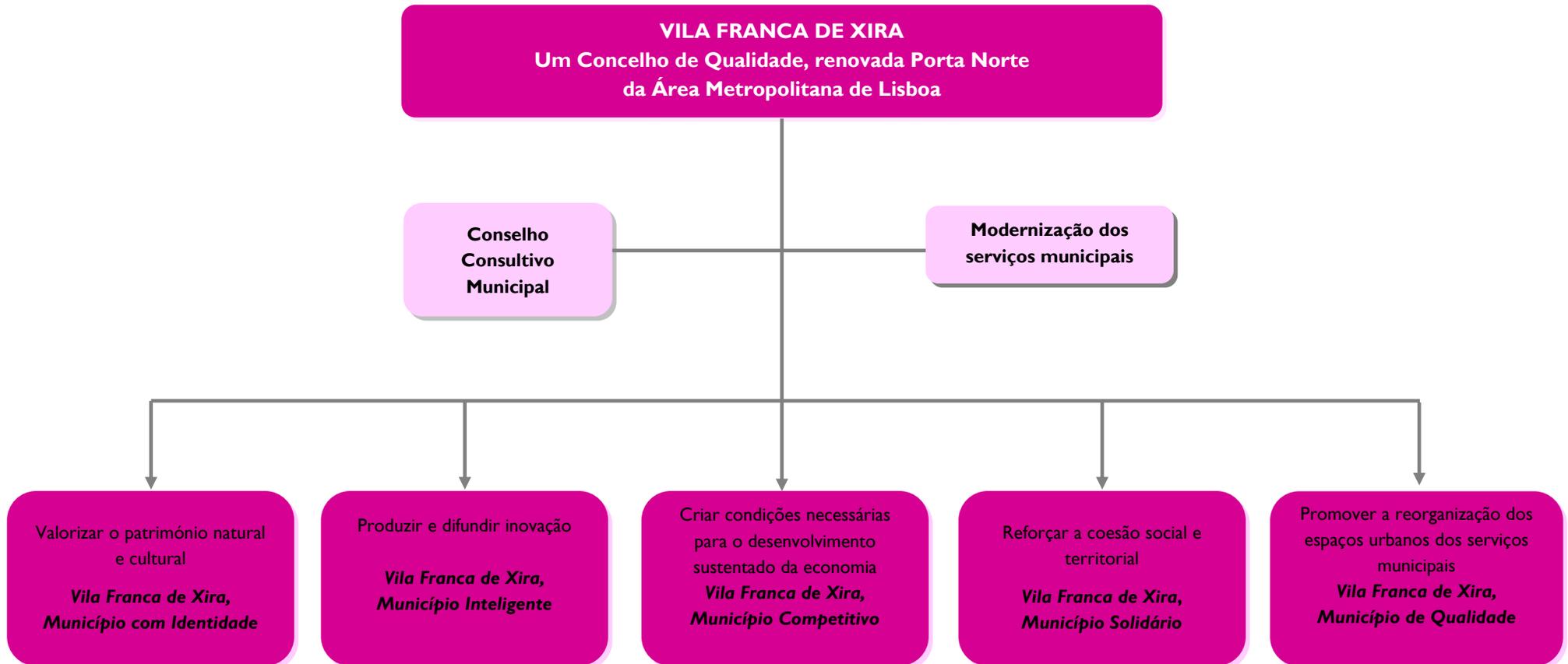
como factor de qualidade dos recursos humanos e de capacidade de inovação social, contribuindo para ultrapassar fenómenos de exclusão social e para a plena cidadania de todos. Ao mesmo tempo perspectiva-se a valorização do património enquanto recurso, elemento fundamental para a recriação e reforço de laços identitários capazes de facilitar a coesão social e cultural.

Vila Franca de Xira - Município de Qualidade, assenta na reorganização dos espaços urbanos e na consolidação das novas áreas de expansão, enquanto elementos fundamentais para a criação de um município com qualidade. Esta ideia-chave é entendida enquanto conceito enquadrador de um conjunto coerente de intervenções a definir em três dimensões fundamentais – ambiente urbano; infra-estruturas e equipamentos; e modernização dos serviços municipais.

A possibilidade de se avançar com acções concretas contribuem para concretizar os objectivos que se pretende alcançar, tem subjacente a implementação de dois tipos de iniciativas de importância crucial, com funções, simultaneamente, de facilitação da implementação das diversas acções e de intermediação entre actores, nomeadamente:

- ⇒ A **modernização dos serviços municipais** na óptica do utilizador (municípe, visitante, investidor), visando uma maior celeridade na prossecução de iniciativas municipais, a melhor prestação de serviço aos utentes (contributivo para melhorar a qualidade de vida e a eficácia dos desempenhos dos agentes económicos), em suma, um melhor acolhimento e acompanhamento de entidades que procuram a Autarquia para fins diversos. Neste processo de modernização, deve ser contemplada uma reorganização das funções nobres da actividade municipal, incluindo o planeamento e a regulação municipal, de modo a articular as funções tradicionais com as orientações do Plano Estratégico, através da criação de um *Gabinete do Plano*.
- ⇒ A criação de um **Conselho Consultivo Municipal**, que vise a promoção da articulação e do parceria entre entidades já existentes os diversos agentes locais e, para projectos de maior abrangência, envolvendo também os agentes regionais. Num primeiro momento,

a constituição deste Conselho Municipal serviria para o arranque da implementação do Plano Estratégico, sob a iniciativa da Câmara Municipal, com funções de intermediação entre os actores privados, associativos e públicos.



3

VECTORES DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAS DE ACTUAÇÃO

A concretização das Linhas Estratégicas delineadas passa por um conjunto de Vectores de Desenvolvimento, de carácter estruturante e transversal, que enquadram as opções a tomar e que, pelas suas características e dimensão sejam capazes de assumir um papel catalisador das dinâmicas socioeconómicas locais e regionais.

Estes Vectores de Desenvolvimento, representam um conjunto restrito de nichos de intervenção para os quais se considera que Vila Franca de Xira possui ou pode vir a fixar competências e valências, atenuando, deste modo uma dispersão de esforços e recursos.

A própria difusão de novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, ao permitir o acesso a novas formas de conhecimento às empresas e às famílias, cria novas oportunidades, fundamentais para o desenvolvimento social e económico das regiões e para o exercício da cidadania plena por parte de todos os cidadãos. Trata-se de instrumentos que contribuem para reforçar as capacidades tecnológicas e a inovação empresarial, como factores acrescidos de competitividade económica, para melhorar “performances” nos domínios da educação, formação e emprego e para apoiar a integração social, nomeadamente dos cidadãos com necessidades especiais.

A consideração de um conjunto restrito de Vectores de Desenvolvimento, constitui o núcleo duro da política de desenvolvimento do Concelho que, simultaneamente, condiciona e dinamiza um desenvolvimento sustentado da economia vilafranquense, procurando constituir um fio condutor para os esforços dos diferentes actores, e visando, em última análise, garantir ao Concelho um papel de destaque no todo regional e nacional.

Na perspectiva de outros Documentos e Orientações, aponta-se, assim, para “(...) *uma nova geração de projectos de investimento público, relacionados com a dinamização económica, incidindo preferencialmente nos contornos determinantes para a competitividade das empresas, sobretudo*

*daquelas cuja competitividade depende da evolução dos territórios onde estão inseridas” **

Nesta aceção, entende-se território como fonte de externalidades para as empresas, dotado de um conjunto adequado de infra-estruturas produtivas e logísticas mas, também, fonte de conhecimento implícito, dotado de infra-estruturas institucionais, sociais e de mediação.

Os Vectores de desenvolvimento formulados definidos visam, deste modo, conciliar os padrões de especialização produtiva do modelo de desenvolvimento pretendido para o Concelho e para a Região em que este se insere, com a tipologia das infra-estruturas a desenvolver. Estes vectores constituem-se, simultaneamente, como marcos balizadores da actividade dos agentes públicos, associativos e privados:

VD 1 – Actividade Industrial e Logística

VD 2 – Desenvolvimento Turístico

VD 3 – Dinâmica Urbana

VD 4 – Qualidade de Vida

VD I - Actividade Industrial e Logística

Actividade Industrial

O sector industrial continúa a desempenhar um papel de grande relevo no concelho de Vila Franca de Xira, associado a diferentes factores: (i) volume de trabalhadores que emprega; (ii) rendimento que origina e é distribuído via massa salarial e contribuições para a Autarquia; (iii) elemento da identidade do concelho de Vila Franca; e (iv) peso e carácter estruturante das unidades empresariais de maior dimensão.

As unidades industriais, com destaque para o segmento da indústria dita pesada, são unidades que, por outro lado, têm vindo a investir fortemente quer em domínios materiais (modernização tecnológica, melhoria das instalações,...), quer em domínios imateriais (reforço

* “As Infra-estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas” (2000), Gabinete Oliveira das Neves/Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR).

de competências, aposta em actividades de I&D ou de OAC&T, certificação, *marketing*,...), reforçando a sua competitividade no mercado nacional e, em vários casos, no mercado externo.

Apesar dos efeitos directos (emprego) e indirectos (rendimento) da localização destas unidades, o Concelho não tem beneficiado por inteiro do potencial de efeitos induzidos pelas mesmas, uma vez que estas unidades em virtude da sua envergadura, integração vertical e, no caso das multinacionais, inserção em grupos internacionais (com estratégias definidas no exterior e com articulações privilegiadas com a empresa-mãe), assumem uma posição de quase “ilhas” no território do concelho de Vila Franca.

No entanto, a localização em Vila Franca de grandes unidades industriais abre um leque de oportunidades que poderão e deverão ser exploradas, tendo em vista o desenvolvimento e a qualificação económica do Concelho, nomeadamente, através dos seguintes papéis:

- (a) Papel indutor para o desenvolvimento de actividades complementares dentro das fileiras específicas dos diversos tipos de empresas (com destaque para as agro-químicas, cimentos, indústria alimentar e aeronáutica), sobretudo em segmentos com maior valor acrescentado, como p.e., as actividades de I&D ou de logística superior – acondicionamento de produtos, organização da distribuição,... –, ou, simplesmente, fornecedoras de *inputs* (p.e., aditivos e acessórios) ou de transformação (p.e., produtos-compostos do cimento).

A existência de áreas vagas na maior parte dos espaços pertencentes às grandes unidades industriais permite a instalação destas novas unidades em locais adjacentes, criando pequenos núcleos de actividades económicas complementares, base para o surgimento no futuro de economias de aglomeração.

- (b) Papel de demonstração sobre o restante tecido produtivo. A imagem menos positiva do Concelho, decorrente da desqualificação ambiental em sentido lato (paisagem, degradação de espaços industriais, depósitos desordenados de materiais diversos, ...), resulta em grande medida do somatório de paisagens industriais

pouco qualificadas, condicionando/limitando a capacidade de atracção de novos residentes e de empresas em segmentos superiores. Neste contexto, considera-se que a adopção pelas grandes unidades produtivas de políticas de requalificação do espaço ocupado poderia constituir um exemplo motor para a inversão desta situação, ou seja, investindo na qualificação dos seus espaços produzem, simultaneamente, um efeito de demonstração sobre o restante tecido produtivo.

Em idêntico sentido converge a capacidade tecnológica da OGMA, a sua intervenção em diversos projectos de desenvolvimento e parcerias internacionais que contribuem para colocar a empresa e o Concelho numa posição especialmente favorável e para liderar a participação de Portugal em organizações internacionais de C&T, p.e., no âmbito do Programa das C&T do Espaço, com base na adesão de Portugal à Agência Espacial Europeia (ESA) e na colaboração com a NASA.

Tendo em vista a diversificação e a qualificação da actividade económica, a par do ordenamento industrial, impõe-se, igualmente, à Autarquia a aposta na criação de espaços qualificados para a localização empresarial, designadamente: (i) pequenas unidades industriais ou de serviços, em segmentos tradicionais, mas que revelem incompatibilidades com a sua área envolvente ou necessitem de um espaço mais amplo, quer para expansão, quer para um diferente *lay-out* da sua actividade; e (ii) indústrias que manifestem interesse em se localizar em Vila Franca, sobretudo, indústrias com maior componente de inovação, valorizando o potencial decorrente da localização no Concelho de unidades em patamares superiores no domínio das novas tecnologias (p.e., indústria aeronáutica).

☑ Actividade logística

O concelho de Vila Franca de Xira tem registado um grande desenvolvimento do sector logístico, aprofundando vocações passadas consubstanciadas na instalação de unidades como a TERTIR. Esta especialização na área da logística integra desde unidades de carácter tradicional (de transporte e armazenagem), até actividades sofisticadas de grande especialização (nos segmentos farmacêutico, frio, etc.), que empregam recursos qualificados e promotoras de maiores valores acrescentados, funcionando como grandes plataformas entre a produção, ou

distribuidores intermédios e as fases finais da cadeia de distribuição.

A importância da fileira logística foi reforçada pelo declínio de outros ramos de actividade, sobretudo o das indústrias pesadas, atenuando os impactes negativos de processos de reestruturação e de encerramento de empresas, e abrindo, também, oportunidades de emprego em ramos com maior apetência por parte dos jovens.

O particular dinamismo da actividade logística em Vila Franca, revela um forte potencial de continuidade futura, atendendo aos seguintes elementos:

- ◆ *factores intrínsecos ao Concelho*: vantagens locativas (inserção na AML, proximidade do principal porto nacional, futuro aeroporto, boas acessibilidades,...) e existência de espaços para instalação de unidades empresariais (terrenos, edifícios devolutos,...);
- ◆ *oportunidades regionais*: instalação e expansão de equipamentos e de infra-estruturas em concelhos vizinhos, com impactes positivos no reforço da logística, (p.e., NAL, Terminal da Bobadela, MARL);
- ◆ *tendências exógenas*: expectativas de forte crescimento do sector a nível internacional (aumento do recurso à subcontratação de serviços logísticos na Europa de cerca de 40%, entre 1996 e 2002) e nacional (expectativa de crescimento anual de 18%), com forte concentração nas Áreas Metropolitanas.

É neste contexto que se integra uma proposta de intervenção global que alie:

- ⇒ O ordenamento das actuais áreas logísticas difusas e a melhoria da sua imagem.
- ⇒ A criação de infra-estruturas logísticas de qualidade, com uma área de influência supra-municipal, em articulação ou aproveitando/ampliando/valorizando infra-estruturas já existentes ou a instalar (TERTIR, aeródromo militar de Alverca, MARL e futuro NAL). De acordo com propostas do *PROT-AML* e do *Programa de Desenvolvimento da Logística Nacional*, destaca-se a possibilidade de instalação do Centro de Transporte de Mercadorias de Lisboa na área de Alverca e de outros equipamentos logísticos, complementares, designadamente zonas de actividades logísticas.

- ⇒ A promoção da multimodalidade entre meios de transporte, com efeitos positivos em termos ambientais (diminuição do congestionamento viário), mas, também, valorizando a capacidade sub-utilizada de infra-estruturas já existentes (TERTIR).

VD 2 – Desenvolvimento Turístico

Do ponto de vista da definição de objectivos e das estratégias para os alcançar, a questão do potencial turístico deve ser equacionada em torno de duas grandes questões:

- qual o significado estratégico do turismo no âmbito da definição das grandes linhas orientadoras do processo de desenvolvimento concelhio, ou seja, quais os principais contributos que a actividade turística pode prestar ao processo de desenvolvimento sustentado e integrado que se pretende para o concelho de Vila Franca de Xira (vertente de articulação intersectorial);
- qual a melhor forma, ou as melhores formas, de promover o desenvolvimento do sistema turístico concelhio (vertente sectorial).

O Plano de Desenvolvimento Turístico, aprovado em 1996, e o conjunto de considerações emitidas na fase de Diagnóstico, apontam para que o sector turístico, tendo em vista o desenvolvimento global do Concelho, possa:

- (i) contribuir para a diversificação do tecido económico, na medida das suas capacidades, facto que, não só proporcionará um alargamento/reforço do espectro da oferta de emprego a segmentos sem significado actual, como também permitirá um robustecimento (menor vulnerabilidade) da base económica do Concelho;
- (ii) contribuir para melhorar a imagem do Concelho, tendo em vista as suas especificidades, facto que não só é determinante para o cabal desenvolvimento da actividade turística a médio/longo prazo (efeito dialéctico), como também é essencial para facilitar a concretização de novos rumos no desenvolvimento de outras actividades (captação de novos habitantes de estratos socioeconómicos

mais elevados, instalação de actividades económicas de nova geração, atracção de investimentos em sectores como o ensino superior ou a investigação, ...).

Ambos os contributos pressupõem o robustecimento do complexo de actividades turísticas e de lazer concelhio, seja através do desenvolvimento de uma oferta adequada às características específicas do Concelho e às tendências registadas ao nível da procura (muito em especial ao nível dos públicos-alvo principais), seja através da melhoria de todas as restantes componentes que, directa ou indirectamente, o compõem. De modo a garantir a máxima eficácia ao nível dos efeitos pretendidos, o desenvolvimento da actividade turística concelhia deverá assentar nos seguintes vectores:

- dinamismo e energia criadora dos actores (individuais e institucionais);
- compatibilização entre funções num contexto de “qualidade total” aos mais variados níveis;
- inovação num contexto de tradição;
- exequibilidade das metas, projectos e iniciativas, com a flexibilidade face a alterações conjunturais;
- articulação entre valências turísticas e valências no domínio do bem estar das populações;
- responsabilização dos empreendedores e dos turistas (turismo responsável);
- cooperação e articulação supra-municipal; em suma
- na sustentabilidade ambiental, social e económica do desenvolvimento turístico.

VD 3 – Dinâmica Urbana

A morfologia do território do Concelho originou o desenvolvimento da ocupação edificada segundo uma forma linear, apresentando uma forte concentração quer habitacional, quer de unidades industriais e de armazéns, desde a Póvoa de Santa Iria, a sul, até à Vala do Carregado, a norte; e entre o rio Tejo, a nascente, e as zonas mais acidentadas a poente do Concelho.

Este corredor urbano/industrial e de armazenagem, insere-se, ainda, numa faixa mais vasta de expansão de Lisboa para nordeste, designada por eixo Sacavém – Vila Franca de Xira.

Neste contexto, a morfologia do território e o tipo e ocupação a que deu origem foram igualmente determinantes na implantação de diversas infra-estruturas de carácter nacional e regional, que, por sua vez, limitam fortemente as expansões urbanas, obrigando a faixas de protecção, condicionando atravessamentos, e constituindo barreiras à ligação das populações com o rio Tejo.

Tendo em conta o seu posicionamento na AML, o território de concelho de Vila Franca de Xira, tem desenvolvido um papel de espaço canal de ligação e serviço à Capital. A sua proximidade a Lisboa contribuiu, por outro lado, para o desenvolvimento da função de “dormitório”, especialmente na zona sul (Póvoa de Santa Iria, Vialonga e Forte da Casa), mas com tendência crescente para alastrar às freguesias mais a norte, o que se tem traduzido num aumento da função residencial em prejuízo da fixação de serviços e actividades geradoras de emprego.

Esta situação originou diversos problemas sócio-urbanísticos patentes p.e., na existência de um parque habitacional de elevadas densidades e com fraca qualidade urbanística/arquitectónica, na carência de equipamentos e de áreas verdes, principalmente nas zonas de maior pressão de construção, na existência de várias áreas urbanas de génese ilegal e, também, no congestionamento viário.

A existência de várias unidades empresariais com especial incidência no sector industrial e, mais recentemente, na área do transporte e armazenagem, intensificam problemas como o ordenamento do território e a qualidade de vida urbana deste eixo.

O grande dinamismo nos sectores industrial, de armazenagem e de actividade logística, não só no concelho, mas também na unidade territorial Carregado/Ota/Azambuja, situada na zona sul do concelho de Alenquer, que tem ligações directas com a zona norte do Concelho

(Castanheira/Vala do Carregado), a proximidade ao Novo Aeroporto de Lisboa, na Ota, e, também, a construção da A10/IC11 que permitirá a ligação ao sul do país, indiciam que a vitalidade empresarial do Concelho, sobretudo na sua zona norte, será intensificada.

A futura construção do Novo Aeroporto de Lisboa, na Ota, apresentará, adicionalmente, virtualidades e ameaças para o Concelho, na medida em que pode, por um lado, favorecer o desenvolvimento socio-económico da zona norte e, por outro, reforçar o “efeito de túnel” a partir da rede de infra-estruturas viárias existentes, designadamente, a linha do norte do caminho de ferro, a EN10/EN1 e a AI, secundarizando a actividade económica do Concelho.

O objectivo essencial da actuação autárquica nesta matéria tem consistido no desenvolvimento de uma actuação concertada, global e coerente visando melhorar a qualidade de vida com base nos recursos próprios e nas vocações específicas, através da promoção do ordenamento correcto do território concelhio.

Este objectivo será alcançado pelo exercício continuado e flexível do planeamento das intervenções autárquicas, tendo como meta fundamental prever e atenuar impactes, corrigir assimetrias, salvaguardar os valores culturais e naturais e promover o desenvolvimento socio-económico do Concelho. Ao mesmo tempo deverá incidir sobre a equilíbrio e compatibilidade dos vários segmentos territoriais procurando conferir qualidade e funcionalidade ao sistema urbano, através de uma prioritária a requalificação das áreas degradadas.

A política urbanística da Autarquia deverá colocar, assim, como grande preocupação a problemática da qualidade do ambiente urbano, que passa em primeiro lugar pela prática continuada do planeamento e da gestão urbanística, como instrumentos de protecção e qualificação ambiental das áreas urbanas e mais objectivamente pela erradicação de bairros degradados e de barracas, promoção da qualidade da construção e reabilitação das áreas urbanas degradadas.

O fomento de uma política de qualidade do ambiente urbano deverá, no entanto, ser

conjugada com a dinamização económica e a integração funcional e social, ou seja, um quadro que deve promover a requalificação das áreas urbanas, intervindo simultaneamente nas áreas residenciais e nas áreas de ocupação industrial/serviços/armazéns.

VD 4 – Qualidade de Vida

O conceito de Qualidade de Vida, para além de estar em permanente construção apresenta contornos diferenciados de acordo com distintos grupos de indivíduos, de capital socioeconómico e cultural. Assim, e se o alastramento urbano, que se verifica no sul do Concelho e que se insinua no norte, se faz à custa de uma população que integra a convencional classe média, o patamar em que se deve colocar a intervenção na qualidade de vida é também ele mais exigente.

A abordagem à Qualidade de Vida, ao centrar-se em preocupações que percorrem todos os aspectos da vida quotidiana dos utilizadores do território, sejam residentes, empresas, ou trabalhadores, articula-se com os problemas relativos às acessibilidades e transportes, aos espaços públicos, aos equipamentos, aos diferentes grupos sociais, à gestão de infra-estruturas, etc..

É neste sentido que as estratégias passíveis de serem adoptadas envolvem, simultaneamente, as ideias da inclusão social e da apropriação territorial. Com efeito, a riqueza cultural e patrimonial dos grupos e espaços tradicionais de Vila Franca deve chegar aos novos utilizadores do território de modo a constituir um elo de ligação e referência entre todo o universo humano do Concelho.

Face à crescente diversidade social e económica, o objectivo é garantir que os principais traços identitários de Vila Franca sejam recriados, valorizando os seus recursos diferenciais no espaço da AML, enquanto previne fenómenos de desenraizamento e exclusão social, traduzidos num crescente alheamento face às estruturas culturais pré-existentes e num desinteresse pelas iniciativas e eventos realizados, com consequências sobre o esvaziamento do espaço público.

As estratégias a desenhar passarão, designadamente, promoção cuidada e consistente das

iniciativas locais e por intervenções territoriais (urbanísticas, arquitectónicas, etc.) de qualidade.

Os **Vectores de Desenvolvimento** são concretizados por um conjunto de **Programas de Actuação** cuja implementação, embora inserida nas esferas de competência da Autarquia, ultrapassa de forma clara essas competências, alargando-se a toda a comunidade local e envolvendo, na sua concretização, os diferentes agentes económicos e sociais.

Os eleitos municipais assumem um papel fundamental de dinamização do tecido social, que excede a mera visão de satisfação de necessidades básicas, pressupondo uma atitude mais interveniente, incitadora e, sobretudo, congregadora das vontades dos munícipes na procura de um futuro melhor, na perspectiva de garantir um desenvolvimento sustentável de Vila Franca de Xira, e reforçar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Os Programas de Actuação delineados visam enquadrar um conjunto de projectos e acções que deverão conduzir à concretização dos Vectores de Desenvolvimento definidos.

Os Programas propostos inserem-se na área de competências da Câmara Municipal, embora nalguns casos possam ser sugeridos por esta, mas concretizados por entidades que para tal tenham vocação ou competência, assumindo um carácter integrado e interactivo, propiciando intervenções eficientes no território, geradoras de dinâmicas portadoras de futuro, segundo o primado da atractividade/coesão.

Pretende-se, assim, garantir uma nova atitude do poder autárquico, que corresponde a uma intervenção mais qualitativa que aponta, de forma generalizada, para a qualificação e excelência dos territórios. Esta óptica deve proporcionar aumento dos níveis de qualificação dos recursos humanos, com índices de conforto e bem-estar social mais elevados e a satisfação de necessidades imateriais. Em contrapartida, pressupõe novas fórmulas de actuação que dêem resposta às prioridades em ascensão, resultantes do surgimento de novas necessidades tanto ao nível das questões sociais e urbanas, como económicas e culturais.

O papel da autarquia vilafranquense na promoção do desenvolvimento concelhio é ainda mais complexo face aos novos desafios colocados ao Concelho, que potenciam um recentrar do

papel desempenhado por Vila Franca de Xira no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, decorrente da futura construção do Novo Aeroporto de Lisboa, das alterações às redes viária e rodoviária, mas igualmente do crescimento urbanístico a que se assiste, o qual, ao potenciar uma situação de tipo novo, adiciona ao crescimento baseado nas vantagens existentes, um outro alicerçado em vantagens de recriação.

O desenvolvimento sustentável do Concelho, passando também pelas dinâmicas geradas externamente e pela presença de políticas públicas e do investimento estrangeiro, assenta, desta forma sobretudo, na potenciação das sinergias a estabelecer no interior da Área Metropolitana de Lisboa, onde Vila Franca de Xira deve recriar um papel de **porta de qualidade** entre a grande cidade e o centro/norte do país.

Nesta perspectiva, para que Vila Franca de Xira assuma protagonismo, importa que os vértices de desenvolvimento regional se traduzam efectivamente em verdadeiros motores de mudança económica e social, não devendo ser descuradas as principais oportunidades que emergem. Assim, face: (i) à modernização/reconversão da indústria pesada, com o desenvolvimento da actividade de empresas possuidoras de tecnologia de ponta, como a OGMA; (ii) ao melhoramento das acessibilidades internas e externas; (iii) à existência de um sector agro-industrial moderno e competitivo; (iv) à perspectiva de instalação de um pólo de ensino médio/superior; e (v) ao incremento do investimento no sector logístico, com a instalação de um conjunto assinalável de empresas deste sector, e a perspectiva de localização do Centro de Transporte de Mercadorias da AML na zona de Alverca, estão criadas as bases para a

⇒ *afirmação do concelho de Vila Franca de Xira como uma nova centralidade da Área Metropolitana de Lisboa, criando condições para a implantação no seu território de empresas modernas, nacionais e estrangeiras.*

Tais desígnios só serão passíveis de concretização se, em simultâneo, a requalificação urbana e ambiental e a criação de condições para o desenvolvimento das actividades do turismo e do lazer se cumprirem, objectivos consentâneos com parte do papel desenhado para o Concelho nas orientações do PROTAML .

O fio condutor dos programas, medidas e acções deve, assim, espelhar a mudança de atitude da Autarquia na resposta aos vários desafios com que o Concelho se defronta, cujo espírito deve estar imbuído daquilo que se pode designar, tendo por referência o passado económico e social do Concelho, como uma "**segunda oportunidade**" de desenvolvimento.

Dos Programas de Actuação emana um conjunto selectivo de acções, parte dos quais, pelas suas características, potencial de expectativas e articulação com os objectivos estratégicos do **Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira** os posiciona como *Projectos Estratégicos*, ou seja, projectos estruturantes do desenvolvimento do Concelho.

Os **Programas de Actuação** identificados são os seguintes:

A. Programa de Actuação Económica e para a Inovação

Medida 1. Modernização e reforço competitivo da base produtiva

Medida 2. Melhoria do ambiente económico concelhio

Medida 3. Desenvolvimento de competências

Medida 4. Desenvolvimento de um Sistema Científico e Tecnológico e de Inovação

Medida 5. Xira Digital.

B. Programa de Actuação Turismo e Lazer

Medida 1. Reforço das condições técnicas de suporte ao desenvolvimento turístico

Medida 2. Aumento, diversificação e qualificação da oferta turística concelhia

Medida 3. Reforço da visibilidade do turismo concelhio e fomento da procura.

C. Programa de Actuação Territorial e Ambiental

Medida 1. Melhoria da acessibilidade interna e externa de Vila Franca de Xira

Medida 2. Hierarquização da rede viária municipal, em articulação com a ocupação do território

Medida 3. Gestão mais eficaz da circulação rodoviária e pedonal nos principais núcleos urbanos de Vila Franca de Xira

Medida 4. Ordenamento do estacionamento nos principais núcleos urbanos de Vila Franca de Xira

Medida 5. Ordenamento do território

Medida 6. Criação da estrutura verde urbana

Medida 7. Requalificação dos centros urbanos e reconversão das áreas industriais

Medida 8. Conservação e Valorização do Património Natural e da Paisagem

Medida 9. Definição da estrutura de protecção e valorização ambiental concelhia

Medida 10. Qualificação e valorização da faixa ribeirinha.

D. Programa de Actuação Social e para a Modernização

Medida 1. Desenvolvimento e Valorização de uma Política de Apoio ao Associativismo

Medida 2. Consolidação de Iniciativas Culturais e Desportivas

Medida 3. Apoio à Juventude

Medida 4. Alargamento da Prestação de Cuidados de Saúde

Medida 5. (Re)Construção de Identidades Territoriais

Medida 6. Promoção da Empregabilidade

Medida 7. Integração Cultural e Socio-económica de Grupos Desfavorecidos

Medida 8. Promoção da qualidade educativa

Medida 9. Aproximação da autarquia à população.

4

PROJECTOS ESTRATÉGICOS

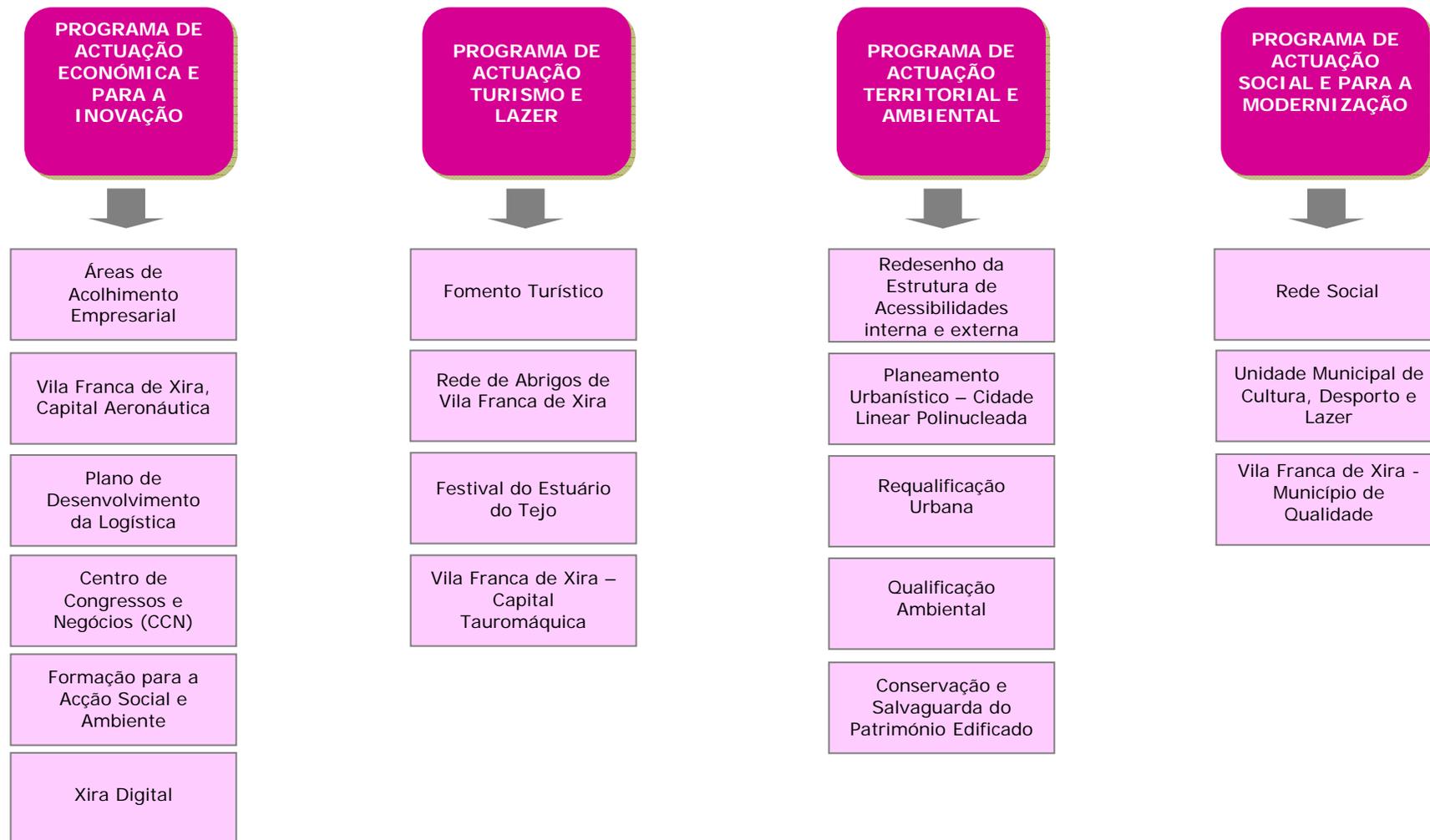
Os Programas de Actuação enquadram um conjunto selectivo de acções – denominadas de Projectos Estratégicos – que pelos seus efeitos de arrastamento a montante e a jusante e pela articulação directa com os objectivos estratégicos do Plano, afirmam-se como projectos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira.

Estes projectos têm associados “cachos” de acções de menor dimensão, de carácter complementar, mas que não deixam de ser essenciais para a concretização dos objectivos estratégicos definidos para o Concelho.

Nesta perspectiva, foi seleccionado um conjunto de Projectos Estratégicos que, sucintamente, se apresentam, em termos de descrição/justificação e de efeitos esperados:

- Projecto 1.* **ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL**
- Projecto 2.* **VILA FRANCA DE XIRA, CAPITAL AERONÁUTICA**
- Projecto 3.* **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA**
- Projecto 4.* **CENTRO DE CONGRESSOS E NEGÓCIOS (CCN)**
- Projecto 5.* **FORMAÇÃO PARA A ACÇÃO SOCIAL E O AMBIENTE**
- Projecto 6.* **XIRA DIGITAL**
- Projecto 7.* **FOMENTO TURÍSTICO**
- Projecto 8.* **REDE DE ABRIGOS DE VILA FRANCA DE XIRA**
- Projecto 9.* **FESTIVAL DO ESTUÁRIO DO TEJO**
- Projecto 10.* **VILA FRANCA DE XIRA – CAPITAL TAUROMÁQUICA**
- Projecto 11.* **REDESENHO DA ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADES INTERNA E EXTERNA**
- Projecto 12.* **PLANEAMENTO URBANÍSTICO - UMA CIDADE LINEAR POLINUCLEADA**
- Projecto 13.* **REQUALIFICAÇÃO URBANA**
- Projecto 14.* **QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL**
- Projecto 15.* **CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA DE PATRIMÓNIO EDIFICADO**
- Projecto 16.* **REDE SOCIAL**
- Projecto 17.* **UNIDADE MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER**
- Projecto 18.* **VILA FRANCA DE XIRA - MUNICÍPIO DE QUALIDADE**

O Diagrama seguinte sistematiza a árvore de relações entre estes Projectos Estratégicos e os Programas de Actuação apresentados no Ponto 3.



Projecto I. ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

A. Descrição/Justificação

Os intensos fenómenos de industrialização, reestruturação empresarial e recomposição sectorial que nas últimas décadas têm afectado a estrutura económica concelhia não encontraram, ainda, um enquadramento satisfatório em matéria de ordenamento territorial. Na fase actual verifica-se: (i) por um lado, a coexistência de espaços urbanos/habitacionais, industriais e logísticos que resultam na presença de áreas desordenadas e desqualificadas, com reflexos extremamente negativos para a imagem do Concelho; (ii) por outro lado, a presença em vários locais do Concelho, de edifícios de grande porte (antigas unidades industriais), abandonados e expectantes, gerando uma imagem pouco atractiva, de abandono e degradação. A persistência desta situação penaliza Vila Franca na captação de novos investimentos e mesmo a atracção de residentes de estratos socio-económicos mais elevados e com maior poder de compra.

Apesar destes reflexos negativos da tradição industrial do Concelho, existem efeitos positivos não desprezáveis, decorrentes, nomeadamente, da existência de empresas de grande dimensão económica e empregadora, dinâmicas e competitivas, que constituem um potencial de redinamização da actividade económica em algumas fileira específicas.

Este Projecto procura dar coerência a uma intervenção global na base económica concelhia, tendo em vista a qualificação física e imaterial da actividade económica em Vila Franca de Xira, nomeadamente através da aposta em quatro domínios específicos de grande complementaridade:

- ⇒ Reutilização e qualificação de edifícios devolutos e de áreas não aproveitadas no espaço industrial de grandes unidades.
- ⇒ Atracção de unidades empresariais em segmentos mais avançados, ligados a fileiras e/ou a grandes unidades empresariais presentes no Concelho.
- ⇒ Beneficiação das áreas existentes vocacionadas para a localização de actividades económicas.
- ⇒ Criação de novos espaços infra-estruturados de acolhimento a actividades económicas (em articulação com o **Plano de Desenvolvimento da Logística**).

B. Efeitos esperados

- Melhoria da qualidade de vida da população residente, pelo reordenamento dos espaços empresariais actuais.
- Beneficiação da imagem do Concelho, com efeitos na captação de novos investimentos em segmentos mais exigentes (empresas com maior nível tecnológico) e na atracção de população residente e visitantes/turistas.
- Ordenamento e valorização dos espaços de concentração de unidades empresariais.
- Melhoria global da competitividade das empresas do Concelho.
- Dinamização da actividade económica, sobretudo industrial e terciária.
- Criação de novos postos de trabalho, de carácter mais qualificado, com reflexos também na atracção de quadros para residência no Concelho.
- Instalação de unidades em segmentos de actividade de maior valor acrescentado.
- Atenuação de problemas ambientais resultantes da actividade industrial.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Principais empresas do Concelho.
- Empresas com áreas devolutas e localizadas em áreas a necessitar de requalificação.
- Proprietários de edifícios devolutos e terrenos expectantes em áreas definidas como industriais.
- Associações Empresariais e Câmaras de Comércio.
- Entidades públicas de apoio à prospecção e captação de investimento.

Projecto 2. VILA FRANCA DE XIRA, CAPITAL AERONÁUTICA

A. Descrição/Justificação

A história da indústria aeronáutica portuguesa está intimamente ligada ao concelho de Vila Franca de Xira com a actividade da empresa Oficinas Gerais de Manutenção Aeronáutica (OGMA), de elevada competência e especialização técnica em serviços de manutenção, produção, engenharia e I&D, no sector aeronáutico, militar e civil.

O trabalho da OGMA em consórcios internacionais de tecnologia de ponta (p.e., na construção da nova aeronave de combate aéreo europeia); a sua participação na definição e concretização das contrapartidas tecnológicas associadas à aquisição dos submarinos para a Armada Portuguesa e de helicópteros para o Exército e Força Aérea; a sua associação com a TAP para a manutenção de aeronaves civis; a adesão de Portugal à Agência Espacial Europeia e a colaboração com a NASA, potenciando a integração da empresa no Programa da C&T do Espaço e na Rede *Industrial Liaison Offices* ligada àquela Agência - constituem um conjunto de oportunidades de desenvolvimento da actividade industrial aeronáutica em Portugal.

A este panorama favorável aliam-se a beneficiação do aeródromo de Alverca e a construção do Novo Aeroporto de Lisboa, que impõe a deslocalização dos serviços de manutenção da TAP, estando as infra-estruturas aeronáuticas de Alverca posicionadas como um destino possível, no âmbito da reestruturação das actividades de todo o sector. O desenvolvimento da indústria aeronáutica no Concelho exige, no entanto, trabalhadores com elevada especialização técnica naquelas áreas de prestação de serviços de ponta, não existindo uma oferta formativa adequada para aquele tipo de actividades.

O objectivo do Projecto consiste em valorizar o potencial de Vila Franca de Xira no domínio da Aeronáutica através de duas acções complementares:

- ⇒ Criação de uma única entidade de manutenção aeronáutica nacional que preencha as necessidades da aviação comercial e militar e que ganhe a dimensão necessária para poder competir a nível internacional na captação de novos mercados.
- ⇒ Criação de um Centro de Formação da Aeronáutica, aproveitando a localização em Alverca de 3 escolas/centros de formação, em espaços físicos praticamente contínuos (Escola Secundária Gago Coutinho, Centro de Formação Profissional do IEFP e Centro de Formação da OGMA), que podem constituir a base para a existência de um Centro de Formação Especializada de excelência nesta área.

B. Efeitos esperados

- Aumento da competitividade do Concelho.
- Maior capacidade de afirmação do Concelho, a nível regional e nacional.
- Desenvolvimento das empresas do Concelho.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

- OGMA, S.A..
- TAP.
- Ministério da Ciência e do Ensino Superior, da Economia, da Defesa Nacional, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Educação e da Segurança Social e Trabalho.

Projecto 3. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA

A. Descrição/Justificação

Vila Franca de Xira é um Concelho com forte expansão da actividade logística tanto em segmentos da fileira mais “básicos” ou de menor produção de valor acrescentado (armazéns, transportes,...), como em segmentos mais avançados (logística do frio, logística verde, ...).

A distribuição espacial desta fileira revela-se, contudo, relativamente desorganizada. À excepção do terminal da empresa TERTIR, a restante actividade logística encontra-se dispersa, o que tem reflexos:

- na imagem do Concelho, associada a uma banalização da função armazenagem;
- no conflito entre espaços urbanos e económicos;
- na dificuldade da Autarquia promover acções de qualificação e de valorização de espaços logísticos, p.e., através da oferta de serviços/infra-estruturas de apoio; e
- nos intensos fluxos de tráfego nas principais vias, nomeadamente na EN 10.

Os próximos anos apontam para o incremento da instalação de unidades logísticas no Concelho, tendência associada aos seguintes movimentos:

- localização do MARL (com impactes, sobretudo, na zona de Vialonga)¹;
- instalação do Novo Aeroporto de Lisboa (com maiores repercussões na zona norte);
- instalação eventual de um Centro de Transporte de Mercadorias, na zona de Alverca-Sobralinho; e
- consequências da possível instalação do Centro de Carga Aérea do Aeroporto de Lisboa, no aeródromo de Alverca.

¹ Embora, dada a actual dinâmica do MARL, com menores impactes do que os previstos inicialmente.

Estas iniciativas, dada a sua dimensão e carácter estruturante, irão produzir impactes positivos (postos de trabalho, dinamização económica,...), mas, também, deseconomias de aglomeração (congestionamento viário, poluição,...) que é necessário equacionar.

Os desenvolvimentos recentes e expectáveis obrigam a repensar a actividade logística no Concelho de Vila Franca no seu todo, de modo a permitir fundamentar orientações claras da Autarquia quanto à posição mais adequada a tomar, em matéria de:

- (i) valorização e reorganização de áreas logísticas, mais ou menos estruturadas;
- (ii) aceitação ou mesmo apoio à instalação destes projectos vs. rejeição, face à possível gravidade dos impactes negativos; e
- (iii) sustentação junto da Administração Central de pretensões relativas a infra-estruturas complementares para atenuação de impactes negativos.

É neste contexto que se propõe a elaboração de um **Plano de Desenvolvimento da Logística**, em articulação com outros planos e estudos no domínio da logística, para a AML. Este Plano deve contemplar, entre outras, as vertentes seguintes:

- ⇒ Diagnóstico aprofundado da actual fileira logística do Concelho, com informação sobre as empresas instaladas (aplicação de inquérito, incluindo elementos relativos à área de actividade, n.º de trabalhadores, relações empresariais, volume de tráfego gerado, infra-estruturas/serviços de apoio úteis, etc.).
- ⇒ Diagnóstico dos espaços logísticos do Concelho, actuais e futuros, características físicas, eventuais conflitos com a área envolvente, articulações espaciais (principais fluxos de abastecimento e escoamento).
- ⇒ Análise de impactes (tráfego, económicos, sociais, urbanísticos,...) sobre Vila Franca de Xira dos grandes projectos logísticos previstos e em discussão para o Concelho e envolvente, com recurso a análises do tipo custo-benefício.
- ⇒ Análise e reconsideração crítica das propostas vertidas no PROTAML de Lisboa, designadamente, aquelas que visam concretizar o objectivo específico relativo à criação de novas centralidades metropolitanas baseadas em Áreas Logísticas e Centros de Transporte.
- ⇒ Recomendações e propostas para o desenvolvimento sustentável do sector logístico em Vila Franca de Xira, incluindo medidas de beneficiação das actuais áreas e minimização de impactes negativos.

B. Efeitos esperados

- Contributo para o conhecimento aprofundado do sector logístico no Concelho.
- Reordenamento e valorização da actividade logística em Vila Franca de Xira, com reflexos significativos na imagem do Concelho.
- Criação de infra-estruturas vocacionadas para o apoio à actividade logística.
- Aumento da competitividade das empresas do sector logístico.
- Instalação de infra-estruturas complementares aos grandes projectos previstos para o Concelho e envolvente, que minimizem impactes negativos e optimizem os impactes positivos.
- Reforço do potencial locativo para novos estabelecimentos de logística avançada, nomeadamente no domínio das novas tecnologias.
- Dinamização de uma oferta qualificada de infra-estruturas e equipamentos logísticos, na perspectiva humana e tecnológica, aprofundando a especialização neste domínio.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Principais empresas logísticas do Concelho.
- Entidades associativas e públicas de apoio/enquadramento ao sector logístico (DGTT, associações empresariais e sectoriais, etc.).

Projecto 4. CENTRO DE CONGRESSOS E NEGÓCIOS (CCN)

A. Descrição/Justificação

A instalação de um Centro de Congressos e Negócios (CCN) em Vila Franca de Xira tem como principais objectivos:

- (i) a diversificação da actividade económica, através da criação de uma estrutura que servirá para desenvolver o vector turismo de negócios, atraindo novos visitantes; e
- (ii) o reforço da competitividade das empresas já instaladas, facilitando-lhes o acesso a uma infra-estrutura avançada de apoio à actividade económica.

A oportunidade e a pertinência deste Projecto decorre da localização do Concelho num dos eixos de maior crescimento potencial da AML (o eixo Alenquer/Azambuja/Carregado/Vila Franca/Loures), e onde existe uma insatisfatória oferta deste tipo de estruturas.

No médio-prazo, a sua relevância é reforçada com a concretização quer em Vila Franca, quer em concelhos da área envolvente, de outros investimentos, cujos utilizadores garantirão a existência de massa crítica para a sua rentabilização. O Projecto do NAL é o caso mais evidente: a localização deste equipamento na zona norte do Concelho, permitirá apostar na captação de reuniões de trabalho/conferências, com estadias muito curtas.

Este Projecto contribuirá, também, para complementar a insuficiente oferta de espaços para a realização de espectáculos.

Em face das valências-objectivo identificadas, o CCN deverá contemplar auditórios, salas para a realização de reuniões de negócios, salas para exposições, formação, etc.. e ser equipado com as novas tecnologias de transmissão de dados, nomeadamente dispositivos de video-conferência.

O CCN deverá articular-se estreitamente com a entidade de gestão e regulação do turismo concelhio tendo em vista a oferta de actividades complementares de turismo e lazer e a composição de pacotes/produtos específicos para este nicho do mercado turístico.

B. Efeitos esperados

- Reforço da imagem de Vila Franca, nomeadamente na hierarquia de pólos urbanos da AML.
- Desenvolvimento de um novo segmento turístico – o turismo de congressos.
- Atracção de novos visitantes para o Concelho, com possíveis impactes sobre os restantes segmentos turísticos e sobre o nível de rendimento concelhio.
- Reforço da competitividade das empresas do Concelho, pelo acesso e usufruto de um novo equipamento de apoio à actividade económica.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Associações empresariais.
- Principais empresas do Concelho.
- Entidade de gestão/regulação do turismo concelhio.

Projecto 5. FORMAÇÃO PARA A ACÇÃO SOCIAL E O AMBIENTE

A. Descrição/Justificação

A instalação no Concelho de Vila Franca de Xira de novas valências formativas representa um instrumento essencial para a requalificação do Concelho quer pelo elevado grau de atractibilidade de população mais jovem, quer enquanto factor de desenvolvimento.

O Concelho apresenta condições específicas que fundamentam a oportunidade de instalação de uma unidade formativa de referência nos domínios da Acção Social e do Ambiente. De entre essas condições, destacam-se as seguintes:

- a existência de um forte dinamismo na área do Serviço Social (com destaque para a actividade das IPSS) que, pelo apoio aos grupos mais carenciados, são hoje um factor essencial para o desenvolvimento do Concelho, não obstante a necessidade de reforçar os níveis de capacitação técnica e humana e de profissionalização nestas instituições;
- a manutenção de um forte sentimento associativo, representado por dezenas de Associações de carácter cultural, recreativo e desportivo, as quais apresentam deficiências no campo da formação de dirigentes e animadores; e
- a existência de um forte sector industrial tradicional que vem registando esforços notórios de modernização dos processos tecnológicos utilizados, com incidência clara na conservação e protecção ambiental, esforços acompanhados pela Autarquia, como decorre do Plano Municipal de Ambiente, entretanto, elaborado.

Estas circunstâncias justificam ponderar a instalação de uma Escola que ofereça, designadamente, cursos de Estudos Superiores (nível IV), apostando em áreas com potencial de desenvolvimento naqueles domínios-chave, nomeadamente a Gestão Social, a Gestão Associativa e a Gestão Ambiental.

Para a criação de uma envolvente escolar de referência no Concelho convergem, ainda: (i) as iniciativas do ISCTE, que vem estabelecendo conversações com a Autarquia para a deslocalização de parte das valências actualmente ministradas em Lisboa, bem como a instalação de Residências Universitárias no Concelho; e (ii) as intenções manifestadas por instituições privadas de localizar, em Alverca, uma unidade de formação de pessoal na área da Saúde.

B. Efeitos esperados

- Aumento da qualidade de vida dos habitantes do Concelho.
- Criação de novas oportunidades de formação para os jovens residentes no Concelho.
- Acréscimo dos níveis de afirmação do Concelho enquanto território de oferta de actividades imateriais de excelência.
- Aumento da competitividade do Concelho e maior capacidade de afirmação, a nível regional e nacional.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal.
- Instituto Politécnico de Lisboa.
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Ministério da Educação.
- Instituições Privadas da Saúde.

Projecto 6. XIRA DIGITAL

A. Descrição/Justificação

Este projecto visa a criação de um Portal para o universo concelhio reflectindo as necessidades dos residentes e da generalidade dos interessados no Concelho. Esta concepção e funcionamento de um Portal dotado de credibilidade, distinção e sustentabilidade num espaço superpovoado é exigente pois envolve a convocação de um maior volume de conteúdos e de entidades e não se confunde com a construção de uma página passiva sobre a memória e as actividades do Concelho.

Em primeiro lugar, este conceito de Portal implica diversidade de informação, ou seja, fornece informação e permite aceder também a outros sítios de informação relevante. Em segundo lugar, permite definir vários níveis de utilização, designadamente, em regime de *intranet* (para redes locais, constituídas por interesses sectoriais – indústria, escolas, classe médica, autarquias, etc., protegidos por sistemas de *firewall*) e em regime de *extranet*, ou seja, exteriorizando a sua informação. Finalmente, envolve um trabalho de actualização e gestão permanente a assegurar por uma equipa dedicada a este trabalho.

O Projecto Xira Digital deve incorporar, sem prejuízo de outros domínios a contemplar oportunamente, as seguintes áreas nucleares:

- ⇒ **Institucional** – Remetendo para as instituições associadas à esfera da administração central e local (autarquias – Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, Tribunal, PSP, GNR, outros órgãos reguladores da actividade do Estado).
- ⇒ **Informativo** – Onde se acolhem os *links* para os jornais regionais e nacionais, bem como uma agenda cultural que reuna as iniciativas municipais, mas também as de entidades privadas e associativas. Deverá ser proporcionada a possibilidade de audição de rádios locais, contribuindo para ultrapassar a limitação inerente à área de influência geográfica que os meios de comunicação regionais têm.
- ⇒ **Vilafranquense** – Inclui a possibilidade de abertura de *fóruns* de debate e discussão (permanentes ou temáticos), a criação de páginas pessoais e ainda a disponibilização de endereços de correio electrónico. Deverá ser, ainda, incluída informação adicional como a meteorologia, síntese de notícias, motor de busca, *sites* de comércio *on-line* (alimentação, bebidas, revistas e cd's, apoio domiciliário, bilheteiras *on-line*, entre outros).
- ⇒ **Vitrine** – Onde se expõe o Concelho ao exterior e aos seus próprios utilizadores através de mapas interactivos (toponímicos, equipamentos colectivos, outros serviços e temas), de roteiros pedestres, equestres, BTT e auto; gastronómicos e de património, cultural e urbano; galeria fotográfica; memórias, documentos em *word* e *pdf* produzidos por associações locais, ...; apontadores para páginas de associações e entidades locais (culturais, desportivas, património e ambiente, associação de estudantes e profissionais, escuteiros, etc.);
- ⇒ **Economia** – Acolhe as páginas das associações empresariais e sectoriais, bem como as de associações sócio-profissionais, disponibilizando informação sobre sistemas de incentivos, legislação económica, oportunidades de negócio, oferta de espaços infra-estruturados de apoio à actividade económica e elementos de caracterização económica das actividades de especialização do Concelho; e informação de carácter laboral, de obrigações e direitos dos trabalhadores e respectivas organizações;
- ⇒ **Social** – Sistematiza informação relativa a oferta de emprego e de formação *on-line*, indicações úteis sobre a construção de *Curriculum Vitae*, contactos úteis, etc. Esta componente deve proporcionar elementos de interactividade com o funcionamento

e competências de outras entidades, p.e., Centro de Emprego, UNIVA, Clubes de Emprego, sindicatos, associações empresariais, ...

B. Efeitos esperados

- Democratizar o acesso e utilização por parte dos utentes, particulares e empresas, das tecnologias de informação e comunicação.
- Facilitar a coesão territorial e o exercício da cidadania, por via da conjugação no ciberespaço de diversos domínios da realidade concelhia.
- Disponibilizar *on-line* informação útil para a actividade corrente dos actores sociais e económicos.
- Viabilizar a fruição de iniciativas culturais e outras através de uma maior visibilidade e divulgação dos eventos.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Ministério da Ciência e Ensino Superior.
- Fundação para a Computação Científica Nacional.
- Estabelecimentos de ensino do Concelho.
- Unidades de saúde concelhias.
- Centro de Emprego de Vila Franca de Xira.
- Centro de Formação Profissional.
- Instituto Politécnico de Lisboa.
- Principais empresas do Concelho.
- Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Projecto 7. FOMENTO TURÍSTICO

A. Descrição/Justificação

Este Projecto tem como objectivo central dotar o Concelho de uma estrutura orgânica que integre um conjunto de valências susceptíveis de contribuir para criar condições para o desenvolvimento relevante, mas sustentado, da actividade turística concelhia.

A estrutura orgânica a criar deverá viabilizar uma intervenção consistente em quatro domínios fundamentais:

- **Estratégico** - abrange a promoção de iniciativas tendentes a definir os objectivos e metas para as actividades turísticas, bem como as melhores formas de os atingir. Complementarmente, essas iniciativas devem promover a concertação estratégica entre os principais actores da actividade turística do Concelho (p. e., promovendo reuniões com os actores e acolhendo as recomendações de órgãos consultivos, como a Comissão Municipal de Turismo).
- **Regulatório** - abrange o estabelecimento de normas e parâmetros susceptíveis de balizar as actividades turísticas no Concelho, bem como as relações entre actores. Complementarmente deverá acompanhar e avaliar o cumprimento das orientações e normas estabelecidas (p. e., a definição e a verificação do cumprimento dos padrões de qualidade da oferta turística).
- **Operacional** - abrange a implementação de um conjunto de serviços e unidades capazes de apoiar o desenvolvimento da actividade turística (p. e., a central de reservas concelhia e as unidades de serviços da rede de abrigos de Vila Franca de Xira), fornecendo serviços ou contratualizando-os com pequenas empresas locais.
- **Promocional** - abrange a realização de iniciativas de divulgação/promoção dos mercados e segmentos mais relevantes, tendo em conta a natureza da oferta e as estratégias sectoriais definidas.

No plano institucional, a solução orgânica a adoptar deve ser objecto de análise ponderada com vista a equacionar vantagens e desvantagens entre alternativas de génese pública, associativa ou de carácter empresarial.

B. Efeitos esperados

- Aumento da qualidade de vida e das oportunidades de ocupação dos habitantes do Concelho.
- Centralização de competências no domínio do turismo e reforço da articulação e coerência entre vertentes de actuação e iniciativas concretas.
- Dotação do Concelho com um conjunto articulado e validado de objectivos e estratégias relativas ao desenvolvimento das actividades turísticas.
- Criação das condições regulamentares, administrativas e técnicas/operacionais adequadas a um desenvolvimento mais intenso e sustentado do sector turístico.

- Reforço das condições subjectivas e objectivas de suporte ao investimento e à empresarialidade no domínio turístico.
- Reforço da competitividade de Vila Franca de Xira enquanto área de recepção turística e palco privilegiado para práticas de cultura e recreio.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Peritos (locais ou com experiência comprovada no trabalho local) no domínio do desenvolvimento das actividades turísticas.
- Actores relevantes ao nível da oferta turística local (consoante o modelo adoptado, directamente ou através de participação num órgão consultivo).

Projecto 8. REDE DE ABRIGOS DE VILA FRANCA DE XIRA

A. Descrição/Justificação

Este Projecto visa promover a criação de uma rede de alojamento complementar à oferta convencional e à da tipologia TER. Este objectivo deve concretizar-se através da criação de uma estrutura de alojamento composta por unidades dispersas pelo território e por unidades comuns de serviços (reservas, recepção e serviços de apoio à estadia), desenhadas e criadas especificamente para o efeito ou partilhadas com outras formas de alojamento (p.e., a unidade/central de reservas).

Tendo em conta as características do Concelho, a rede de alojamento de Vila Franca de Xira, tem vantagem em ser estruturada em duas sub-redes:

- ⇒ *Casas de água de Vila Franca de Xira* – abrigos de borda d'água (casas de Avieiros ou da sua tipologia; outras casas palafitas; casas flutuantes susceptíveis de proporcionar estadias estáticas ou dinâmicas, através do seu reboque periódico; outras casas com ligações ao ambiente ribeirinho).
- ⇒ *Casas rurais de Vila Franca de Xira* – abrigos de terra a dentro (casas com um enquadramento rural e/ou agrícola, situadas na Lezíria ou na parte alta do Concelho).

Este Projecto tem como justificação central constituir uma peça-chave de suporte a um dos vectores estratégicos para o desenvolvimento da actividade turística: a promoção de estadias de curta duração, em especial as dos residentes da AML. Estes alojamentos, para além de

representarem instrumentos eficazes na mudança da imagem associada ao Concelho, servirão de trampolim para estadias temporalmente mais alargadas. A denominação “abrigos” destina-se a reforçar a sua vocação para estadias de curta/média duração em ambientes não urbanos e para evidenciar a sua natureza inovadora.

B. Efeitos esperados

- Dotação do Concelho com uma oferta de alojamento dispersa pelo território, flexível e diversificada em termos de preços e de ambientes de enquadramento.
- Envolvimento na actividade turística de um conjunto alargado de residentes (dispersão social dos benefícios do turismo).
- Aproveitamento para a actividade turística de um conjunto de construções, sem as condições exigidas para TER, e promoção da sua recuperação e conservação.
- Criação/desenvolvimento de iniciativas endógenas complementares que potenciem este tipo de oferta e criem novos empregos (animação, bolsa de guias, serviços de apoio, ...).
- Existência de alojamento inovador e de acordo com as preferências dos públicos- alvo atraíveis.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Proprietários de casas com características para integrarem a Rede.
- Centro de Formação Profissional.
- Empresa Municipal de Turismo/entidade gestora e reguladora do turismo concelhio.
- Direcção Geral de Turismo.

Projecto 9. FESTIVAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

A. Descrição/Justificação

A imagem de Vila Franca de Xira esteve sempre associada ao estuário do Tejo, o qual marcou a sua história e a vivência dos seus habitantes ao longo dos séculos. Para além de ser um elemento identitário concelhio fundamental, é também o espaço central da AML, génese e coração da grande mancha urbana, gerador de modos de vida singulares. A essa carga histórica

indissociável junta-se uma outra relacionada com o equilíbrio paisagístico e ambiental, indispensável para a qualificação dos sistemas ambientais metropolitanos.

A requalificação das zonas ribeirinhas, que deverá acontecer num futuro próximo, contribuirá de forma decisiva para a alteração das condições de fruição de uma paisagem natural de elevada riqueza, e para o desenvolvimento de um conjunto de actividades culturais, desportivas e de lazer que permitam redescobrir e aprofundar a relação com o Rio.

Embora a oferta concelhia em eventos de carácter lúdico seja extensa, constituindo já um factor significativo de atracção de visitantes, este Projecto visa aproveitar as condições únicas do estuário do Tejo (acrescidas pela existência dos mouchões de Alhandra e Póvoa), para levar a efeito, em conjunto com os restantes concelhos do Estuário, um Festival periódico que se constitua como um marco identitário destes concelhos e um pólo de atracção turística nacional e internacional.

Em *síntese*, pretende-se organizar um evento, de grande visibilidade em torno da temática Tejo, com a realização de espectáculos que tenham como motivo a água, aproveitando as condições naturais dos diferentes concelhos, e servindo de *pivot* das actividades de carácter lúdico da responsabilidade dos diferentes municípios.

B. Efeitos esperados

- Diversificação e qualificação da oferta cultural, recreativa e desportiva local/sub-regional.
- Melhoria do quadro de vida dos habitantes do Concelho pela via da qualificação ambiental e paisagística.
- Acréscimo dos níveis de afirmação do Concelho enquanto território de oferta de actividades lúdicas de excelência.
- Maior capacidade de afirmação do Concelho a nível regional e nacional.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmaras Municipais estuarinas.
- Direcção Geral de Turismo.
- Associações empresariais e sectoriais.
- Operadores turísticos.

Projecto 10. Vila Franca de Xira – Capital Tauromáquica**A. Descrição/Justificação**

A história de Vila Franca de Xira está muito ligada às actividades da Lezíria do Tejo e, designadamente, à criação de touros de lide e de cavalos, sustentáculo e referência de um complexo de actividades utilizadoras, onde se destaca a actividade tauromáquica. Neste domínio, Vila Franca acrescentou à criação de touros na Lezíria, a condição de berço de toureiros reconhecidos, a realização de grandes espectáculos tauromáquicos, e, em suma, a *aficion* dos seus habitantes, manifestada na adesão às touradas em Portugal e em Espanha e pela participação entusiasta nas “largadas”.

No domínio das actividades ligadas ao Cavalo, para além da componente de produção, que alimenta igualmente a actividade tauromáquica, o Concelho tem importantes estabelecimentos equestres, com destaque para o Centro Equestre da Lezíria Grande, e organiza anualmente o Salão do Cavalo, com provas de equitação inseridas no circuito nacional.

A conjugação destes factores cria condições para alicerçar o papel de liderança de Vila Franca, assumindo de forma clara uma posição de **capital da tauromaquia em Portugal**.

O Projecto consiste em desenvolver um Centro Internacional* orientado para a qualificação e promoção das actividades ligadas ao Cavalo e que, nas componentes relativas à produção, à inovação, à formação e aos serviços de saúde, integre valências com interesse para a criação taurina.

Entre os recursos e valências a fixar no Centro, destacam-se as seguintes:

- *Coudelaria-modelo* - segundo requisitos e normas de qualidade da Federação Equestre Internacional.
- *Centro de estágio* - para cavaleiros nacionais e internacionais, e para praticantes em regime de estágio intensivo.
- *Centro equestre* - competição desportiva, equitação adaptada e hipoterapia.
- *Serviços de Saúde* - equipamentos medico-veterinários (Laboratórios e equipamentos de avaliação locomotora) e profilaxia; assistência veterinária permanente.
- *Centro de observação e interacção* - demonstração de funcionalidades de cavalos e touros.

(*) Este Projecto assenta, nos seus traços essenciais, no Projecto-âncora apresentado no âmbito do Estudo *Potencialidades e Oportunidades da Fileira-Cavalo no Vale do Tejo, Espaço e Desenvolvimento/CCR Lisboa e Vale do Tejo, 2003*.

- *Unidade formativa* - perfis profissionais de gestão e maneio animal, gestão de pastagens, desbaste de cavalos, ferradores, guias e animadores de turismo equestre.
- *Serviços de apoio* - (de carácter económico, financeiro, fiscal,...).
- *Centro de Investigação e Estudos da Fileira-Cavalo e do Touro* (componentes técnica, económica, social e regional).
- *Núcleo museológico* (de evolução das raças e funcionalidades – espaço interactivo).
- *Centro de Informação e Documentação*, com espaço para exposições.
- *Gabinete de “marketing” e relações públicas* com unidade de promoção do Cavalo e do Touro de Lide.
- *Organização de Seminários, Congressos e Simpósios*, em domínios técnico-científicos e económicos.

O carácter multi-valências deste Projecto e o recorte de ambição do mesmo (plataforma de internacionalização consistente do complexo de actividades pecuárias de eleição), sugerem um perfil de localização que alie a oferta abundante de espaço à proximidade às entidades potencialmente a envolver, bem como uma acessibilidade favorável aos núcleos emissores de procuras.

As herdades da Companhia das Lezírias, na proximidade às pontes de atravessamento do Tejo e, a prazo, ao futuro Aeroporto Internacional da Ota, constituem um activo com largo potencial de localização e de integração dinâmica das valências sumariamente identificadas.

B. Efeitos esperados

- Diversificação e qualificação das actividades de especialização.
- Reforço da malha de actividades relacionadas com o aproveitamento de recursos e tradições produtivas do Concelho, num contexto de internacionalização.
- Aumento das oportunidades de emprego em actividades com forte componente ambiental.
- Acréscimo dos níveis de afirmação do Concelho enquanto território de excelência e com identidade cultural, a nível regional e nacional.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal.
- Operadores da indústria hoteleira e restauração.

- Direcção-Geral de Turismo.
- Tertúlias Tauromáquicas.
- Ganadeiros.
- Toureiros.

Projecto II. Redesenho da Estrutura de Acessibilidades Interna e Externa

A. Descrição/Justificação

A transformação da AI/IP1 na principal via de distribuição metropolitana permitirá a criação de novos nós e respectivas ligações à rede viária (existente e prevista), assim como, a alteração das características funcionais de alguns dos nós existentes, contribuindo para a diminuição/ordenamento dos grandes volumes de tráfego que percorrem o IPI, entre os principais núcleos urbanos, ao mesmo tempo que potencia as vantagens da construção do IC2/A10 (prolongamento da CREL para Norte), que desviará o tráfego de longo curso da AI.

A especialização do tráfego e o possível descongestionamento desta grande via de distribuição metropolitana poderá, de igual modo, melhorar as condições de acessibilidade do tecido empresarial instalado no Concelho. As ligações transversais resultantes da transformação de uma via com estas características, poderiam contribuir para uma maior permeabilidade do território concelhio mas, também, para a optimização da relação com a restante Área Metropolitana.

Algumas das dinâmicas identificadas no PROTAML, designadamente as relativas aos espaços emergentes que afectam parte do Concelho, poderiam sofrer novos e decisivos impulsos havendo, ainda, a considerar o efeito multiplicador, em diversos domínios da abertura de novos nós.

As vias que atravessam os principais núcleos urbanos (EN10/EN1, ER19 e EM 501), progressivamente absorvidas pelas expansões urbano/industriais, não podem, entretanto, continuar a cumprir, em simultâneo, as funções de grande via de penetração em Lisboa, de colectora de tráfego e de serviço local aos aglomerados urbanos e à actividade industrial e de armazenagem.

A construção de alternativas viárias (circulares, variantes, ...) que afirmem uma hierarquia viária consentânea com os usos previstos, justifica-se numa lógica de rede conectada aos nós de nível

superior, libertando as vias que atravessam os aglomerados para um serviço de maior qualidade, ao espaço urbano-industrial por ela servido.

O perfil das áreas empresariais localizadas no Concelho, o tipo de actividades a privilegiar e, ainda, as localizações seleccionadas e a favorecer, implicam forçosamente um novo entendimento das relações viárias a estabelecer entre si e entre estas áreas e as que atravessam o Concelho. Essa renovação deve procurar, em simultâneo, minimizar os conflitos entre os diversos tipos de tráfego (urbano, industrial, local/regional,...) e ajustar o perfil de cada tipo de via à função que deve assegurar de modo privilegiado.

Nas zonas urbanas com maiores crescimentos demográficos, são patentes as dificuldades de transpor a barreira formada pelo IPI, tornando deficiente a comunicação intra-urbana, pelo que se propõe novas passagens inferiores sob a Auto-estrada para ligar os principais núcleos urbanos, constituintes da Cidade polinucleada, aos aglomerados no interior.

B. Efeitos esperados

- Aumento da acessibilidade aos principais núcleos urbanos de Vila Franca de Xira.
- Descongestionamento da EN 10, com o aumento do número de “portas” de comunicação às áreas urbanas do Concelho.
- Melhoria na articulação do Concelho com os restantes territórios e com outros eixos viários estruturantes.
- Melhoria na densidade e estruturação da rede viária secundária e principal.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- BRISA.
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.
- Ministério da Economia.

Projecto 12. Planeamento Urbanístico - Uma Cidade Linear Polinucleada**A. Descrição/Justificação**

O território do Concelho, em termos de ocupação física, caracteriza-se por um contínuo edificado desde a Póvoa de Santa Iria até à Castanheira do Ribatejo–Vala do Carregado. Esta faixa constitui, também, o corredor de passagem de várias infra-estruturas, obrigando a áreas de protecção e constituindo barreiras físicas de ligação das zonas urbanas com o Rio.

Neste contínuo urbano, os problemas de acessibilidade, de localização de actividades, de reserva de espaços para equipamentos e da rede ecológica fundamental, são aspectos que devem ser tratados a nível global, nomeadamente através de planos municipais de ordenamento do território. O Plano Estratégico fixa como objectivo tornar o Concelho num território atractivo para viver e trabalhar, promovendo a qualidade de vida com base nos recursos próprios e nas vocações específicas e no aproveitamento dos impactes positivos gerados por projectos de carácter regional e nacional, localizados na envolvente.

Como objectivo central de natureza urbana pretende-se considerar o contínuo urbano/edificado, desde a Póvoa de Santa Iria até à Castanheira, como uma entidade única com pólos principais e secundários entendida como uma **Cidade Linear Polinucleada**, o que implica, entre outras, as intervenções seguintes:

- ⇒ Alterar a qualificação da EN10 nos troços correspondentes às frentes das principais concentrações urbanas no sentido de criar frentes arborizadas, espaços de estacionamento, zonas pedonais, contribuindo para requalificar o ambiente urbano.
- ⇒ Consolidar a centralidade de Alverca que lhe advém da sua localização na estrutura de povoamento linear, na zona de Alverca/Sobralinho, em articulação com o eixo de Vialonga, destinando-a à implantação de actividades ligadas à indústria e logística, constituindo o futuro Centro de Transportes de Mercadorias (CTM).
- ⇒ Prever a localização de um Centro de Serviços na zona de À-dos-Potes.
- ⇒ Planear a ocupação dos solos na zona norte do Concelho, potenciando os efeitos positivos decorrentes da futura construção do NAL na Ota e integrando o Concelho na Plataforma Logística do Norte, localizada no Eixo Azambuja/Ota/Carregado.
- ⇒ Reforçar o papel de centro administrativo da Cidade de Vila Franca de Xira transformando-a na “**porta de entrada da AML Norte**”. A construção da zona de expansão urbana UD4 a norte da Cidade, onde se prevê a implantação de imóveis de

grande qualidade arquitectónica e novas funções urbanas de apoio a cerca de 4000 fogos, poderá contribuir para a melhoria da imagem da zona norte do Concelho.

⇒ Implementar as propostas contidas no Estudo de Acessibilidade, em particular as vias circulares previstas aos principais centros urbanos.

B. Efeitos esperados

- Maior articulação entre o desenvolvimento previsto para a zona norte do Concelho e a Cidade de Vila Franca de Xira, por via da criação de novos espaços de excelência urbano-imobiliária.
- Qualificação e modernização da Cidade-sede de Concelho através da oferta de novos espaços urbanos, multifuncionais e integrados.
- Renovada visibilidade territorial, com efeitos sobre a capacidade de atracção à escala regional e nacional, através de centralidades urbanas qualificadas.
- Modernização da imagem concelhia no contexto metropolitano.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Direcção Geral dos Transportes Terrestres.
- Administração Central.
- Promotores imobiliários privados.

Projecto 13. REQUALIFICAÇÃO URBANA

A. Descrição/Justificação

A condição de Concelho dormitório que ao longo dos anos se tem acentuado, de sul para norte, manifesta-se também num parque residencial de fraca qualidade urbanística, na carência de equipamentos colectivos e de áreas verdes, principalmente nas zonas de maior pressão de construção, e em áreas urbanas de génese ilegal.

O objectivo é dotar os centros urbanos de melhores condições de habitar/viver, num quadro de desenvolvimento harmonioso da rede urbana e de melhorar os níveis de fruição do espaço público, privilegiando um modelo referencial onde se destaque a programação de equipamentos colectivos e de actividades lúdicas e de ocupação dos tempos livres e a melhoria

do ambiente e imagem urbanas. Para este modelo não basta ordenar o espaço, é necessário também compatibilizar e integrar diversas componentes, nomeadamente:

- ⇒ Programar a estruturação do espaço público dando resposta adequada às expectativas dos residentes no domínio da melhoria dos espaços residenciais (infra-estruturas, equipamentos, acessibilidades, mobiliário urbano, ...).
- ⇒ Fomentar a integração social, designadamente, aumentando a permeabilidade territorial e corrigindo o afunilamento de determinados espaços.
- ⇒ Atenuar a mono-funcionalidade incentivando, junto dos promotores imobiliários, a construção de espaços comerciais, de escritórios, para além da habitação e introduzindo numa disposição regulamentar, em sede de Revisão do PDM, a obrigatoriedade de uma parte da área edificável nos projectos de loteamento ser destinada a usos não habitacionais.
- ⇒ Dotar os espaços públicos de actividades recreativas, boas acessibilidades aos serviços urbanos, ..., num ambiente de qualidade paisagística acolhedora.

A requalificação urbana, exigida pela própria designação conferida pelo PROTAML (“eixo a qualificar”), deverá orientar-se na consideração de três objectivos específicos designadamente, qualidade urbana, arquitectónica e ambiental. Neste contexto, deverão ser promovidas e concretizadas acções que integrem as intervenções co-financiadas ao abrigo de programas como o POLIS, o PROQUAL, o RECRIA, o REHABITA e o URBCOM.

B. Efeitos esperados

- Reforço da identidade urbanística do Concelho.
- Melhoria da qualidade dos centros urbanos e da qualidade de vida dos cidadãos.
- Reabilitação de edifícios integrados nas zonas antigas, em combinação com programas de revitalização humana e económica.
- Apoio à instalação/relançamento de actividades comerciais nos centros urbanos.
- Recuperação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal –AUGI.
- Qualificação dos Valores Patrimoniais (edificados, naturais e paisagísticos).

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território.
- Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.
- Organismos da Administração Central.
- Promotores imobiliários privados.

Projecto 14. QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

A. Descrição/Justificação

As zonas rurais do Concelho evidenciam os fortes impactes da acção do homem na natureza e a inexistência de regras que estabeleçam as condições de utilização do solo. Estão nesta situação as inúmeras áreas degradadas provenientes de explorações de inertes, que nunca tiveram planos de recuperação paisagística, e as zonas de loteamento ilegais. A zona marginal do Rio Tejo, por apresentar ocupações industriais abandonadas é, na fase actual, uma zona degradada e pouco apelativa para o usufruto da população.

A conservação da natureza e a valorização do património natural constituem, assim, objectivos fundamentais para a preservação da identidade do Concelho, pelo que é fundamental concretizar gradualmente, entre outras, as seguintes acções:

- salvaguarda da estrutura ecológica, em particular REN e RAN e o domínio público hídrico;
- regulamentação da edificabilidade nas zonas agrícolas, florestais e naturais de modo a acautelar a dispersão do edificado, seja habitação, indústria, armazéns ou logística;
- compatibilização entre o ordenamento do uso do solo e a rede ecológica metropolitana;
- definição da Estrutura Ecológica Municipal integrada na Rede Ecológica Metropolitana;
- delimitação das áreas que não deverão ser edificadas, constituindo a principal rede de verde urbano, integrando linhas de água, áreas inundáveis, encostas declivosas, etc.;
- requalificação dos aglomerados urbanos tradicionais;

- abordagem da zona marginal do Rio Tejo como o elemento estratégico fundamental para a qualificação da paisagem, formando-o como um espaço de inovação nos domínios do espaço público e da actividade cultural;
- atribuição de novas funções para espaços industriais devolutos na zona ribeirinha, menos agressivas na perspectiva ambiental e contributivas para uma renovada paisagem urbana e cultural;
- estabelecimento de esforços visando a elaboração do POZoRi - Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha; e
- formulação de medidas de recuperação paisagística de pedreiras, em geral, e particularmente das que se encontram em situação de abandono/inactividade.

O Município dispõe de instrumentos de planeamento (Plano Municipal de Ambiente e Plano Geral de Saneamento), onde se indicam as principais obras a executar e os projectos relativos aos grandes interceptores, estações elevatórias, emissários e ETAR's dos três grandes sistemas de saneamento em que se divide o Concelho. Torna-se, no entanto, urgente concretizar a construção dessas obras para assegurar a condução final e o tratamento dos efluentes, contribuindo para a melhoria da qualidade da água do estuário do Tejo (receptor final das descargas dos efluentes).

Importa, igualmente, proceder à manutenção e conservação das redes existentes que, em algumas zonas, se encontram envelhecidas e com dificuldade de resposta às necessidades. Paralelamente, deverá ser executada a remodelação das redes de saneamento (redes separativas), usando as ETAR apenas para as águas residuais (não as sobrecarregando com águas pluviais, que implicam maiores custos de tratamento e diminuem a eficiência) e sendo construídas redes pluviais próprias (substituição das redes unitárias), minimizando o problema das inundações e cheias.

Na indústria é necessário criar condições para o pré-tratamento dos efluentes industriais que, na maioria dos casos, são despejados directamente na rede pública sem qualquer tratamento.

B. Efeitos esperados

- Melhoria do *habitat* e da qualidade de vida dos cidadãos.
- Preenchimento de requisitos de actividade dos estabelecimentos industriais.
- Qualificação dos valores patrimoniais (edificados, naturais e paisagísticos).
- Requalificação das margens ribeirinhas para usufruto das populações.

- Reanimar a margem do Tejo através de uma gestão criativa e inovadora do espaço público.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território.
- Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- SMAS.
- INAG.
- EPAL.
- Direcção Regional de Indústria e Energia.
- Administração do Porto de Lisboa.
- Instituto da Conservação da Natureza.
- Associações Ambientalistas.

Projecto 15. CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA DE PATRIMÓNIO EDIFICADO

A. Descrição/Justificação

O Plano Director Municipal consignou no Regulamento o património classificado e, com base no “Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira”, registou os tipos de património edificado (urbanístico, arquitectónico e arqueológico) definindo para cada caso a acção a desenvolver com vista à adequada protecção e valorização desses elementos patrimoniais.

Esta referência ao património no Plano Director Municipal enquadra-se nas linhas gerais de desenvolvimento, estando também em consonância com a estratégia de desenvolvimento económico e social que se pretende para o Concelho e que, uma vez passado à prática, permitirá desmontar o falso conflito entre este e a preservação do património.

O trabalho de inventário, classificação e regulamentação deve ser sequenciado pela intervenção activa, permanente e orientada, que estanque a degradação resultante da falta de uso, ou da sua utilização desajustada. Sem essa intervenção o património deixa de constituir um marco de referência histórica junto das populações locais.

A responsabilidade do Município na intervenção do património implica a definição de princípios, objectivos e métodos, que conduzam à sua correcta fruição, de modo a tornar-se um elemento integrado na envolvente, valorizando o património enquanto testemunho da intervenção qualificada do homem.

Neste quadro, a salvaguarda do património edificado em zonas urbanas e rurais deverá ser alicerçada numa política de desenvolvimento, que incentive a participação dos residentes, a qual deverá preencher os seguintes requisitos:

- permitir a adaptação harmónica de zonas antigas à vida contemporânea, pela melhoria das condições de habitabilidade;
- ter em consideração os valores que constituem o carácter histórico, nomeadamente a forma urbana definida pela estrutura fundiária, as relações entre os vários tipos de espaços (edificados, livres e verdes), a forma e o aspecto dos edifícios;
- definir um conjunto de medidas preventivas contra as catástrofes naturais e acidentais;
e
- reabilitar as quintas, que representam um grande valor histórico-cultural, para novos usos, nomeadamente no sector turístico, salvaguardando o património edificado e reabilitando os valores paisagísticos.

Como principais medidas de suporte da intervenção do Município salientam-se as seguintes:

- ⇒ Redução de taxas referentes a obras de beneficiação e remodelação de edifícios patrimoniais.
- ⇒ Aquisição por parte do município de imóveis cuja conservação careça de actuação inadiável.
- ⇒ Adaptação do património a usos turísticos.

B. Efeitos esperados

- Reabilitação do património em geral.
- Melhoria do ambiente urbano.
- Aumento da qualidade de vida da população do Concelho.
- Afirmação da identidade do Concelho.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Instituto Português do Património Arqueológico.
- Juntas de Freguesia.
- Associações da Defesa do Património.
- Promotores.
- Estabelecimentos de ensino.

Projecto 16. REDE SOCIAL

A. Descrição/Justificação

Na fase actual, a rede de equipamentos de carácter social apresenta níveis de cobertura, diversidade de valências e graus de satisfação assinaláveis. Esta situação de partida cria condições mínimas para consolidar no Concelho o Programa da Rede Social, a assentar em dois eixos estruturantes:

- ⇒ Desenvolvimento da cultura de parceria, onde cabe à Autarquia assumir o papel de dinamizadora da parceria territorial de intervenção social integrada.
- ⇒ Promoção do desenvolvimento social local, através da introdução de dinâmicas de programação estratégica de equipamentos, de recursos e valências.

Estes objectivos centrais deverão ser operacionalizados de modo a facilitar um modelo de gestão capaz de organizar/valorizar um corpo de actividades em parceria, configurando as respostas sociais aos grupos com especiais dificuldades, mas com uma visão de permanente actualização face às respostas tradicionais.

O Projecto de Rede Social, assim sucintamente apresentado, deverá envolver instituições a operar na esfera social e entidades do meio empresarial, de modo a que unidades de dimensão significativa sejam capazes de gerar respostas sociais no seu seio adequadas às necessidades dos respectivos trabalhadores (apoio à infância, saúde, etc.).

Para além da maior responsabilização do universo empresarial justifica-se, ainda, um investimento de melhoria da desagregação espacial da rede social ao nível das freguesias.

Nesta óptica, a participação na Rede Social deverá implicar, entre outras, as seguintes acções:

- Criação de estruturas de parceria – Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia.
- Elaboração de um modelo de organização e articulação das parcerias locais.
- Criação de um sistema de informação on-line.
- Elaboração de um diagnóstico e de um Plano de Desenvolvimento Social Local.

B. Efeitos esperados

- Aumento da capacidade de detecção e resolução de problemas individuais, a nível local.
- Transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições, com vista a uma maior transparência e abertura à comunidade e entidades locais.
- Implementação de sistemas de informação locais eficazes.
- Incremento da lógica *empowerment*.
- Fomento de níveis de complementaridade eficazes entre as medidas e programas nacionais e as formas de planificação estratégica de âmbito local.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- Organismos públicos que trabalham no domínio da acção social.

Projecto 17. UNIDADE MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LAZER

A. Descrição/Justificação

As actividades da cultura, do desporto e do lazer preenchem uma dimensão fundamental da qualidade de vida dos residentes do Concelho e um elemento de atractividade para o exterior (visitantes e novos residentes).

Vila Franca de Xira dispõe de um significativo conjunto de equipamentos e também de actividades e eventos na área cultural, desportiva e de lazer, alguns com inegável capacidade de projecção supra-local. No entanto, subsistem debilidades quer em termos de dotação de

equipamentos com determinadas valências, quer no domínio imaterial (p.e., recursos humanos e divulgação), debilidades que se reflectem num sub-aproveitamento dos recursos existentes.

Na fase actual, e por exemplo no domínio cultural, encontram-se em fase de conclusão importantes equipamentos (Ateneu Artístico, em Vila Franca; Sociedade Filarmónica, em Alverca; Teatro Salvador Marques, em Alhandra). Mesmo que não estejamos em presença de uma infra-estrutura polivalente com capacidade de programação de eventos de maior envergadura, o certo é que as características próprias desses equipamentos ventitam a oportunidade de integrar e dar consistência a uma oferta polinucleada de equipamentos de suporte à realização de eventos culturais e de lazer, com capacidade para integrar o calendário nacional e mediante a programação e realização de eventos de elevada qualidade.

A criação de uma Unidade orgânica com competências de gestão e regulação nestas áreas, pode constituir um poderoso instrumento de programação articulada e de divulgação eficaz de modo a valorizar a dinâmica cultural, desportiva e de lazer do Concelho, no seu conjunto.

Esta unidade seria responsável pela gestão dos equipamentos municipais de cultura, desporto e lazer e pela programação e organização de eventos, abrangendo competências de articulação e envolvimento com as associações e colectividades nas diversas actividades promovidas pela Autarquia e em iniciativas direccionadas para o movimento associativo.

Esta Unidade municipal poderá equacionar modalidades de articulação das suas iniciativas com a programação cultural dos concelhos vizinhos, desenvolvendo estratégias de complementaridade e de cooperação. Paralelamente, deverá promover acções de formação para públicos, nomeadamente em conjunto com as escolas e organizar acções de formação para agentes culturais (animadores, dirigentes associativos, etc.).

Com o objectivo de definir o modelo orgânico da entidade a constituir, deve ser elaborado um Estudo/Parecer que contemple cinco grandes pontos:

- Estudo de viabilidade tecnico-económica dos equipamentos colectivos das áreas do desporto, da cultura e do lazer (equipamentos existentes e propostos).
- Balanço dos estrangulamentos e virtualidades das soluções de gestão e manutenção, actualmente em vigor.
- Sistematização das soluções alternativas de gestão de equipamentos (empresa, concessão de exploração, departamento interno, ...) com identificação de vantagens, desvantagens, pontos críticos, etc..

- Enunciado de condições logísticas, técnicas e humanas, indispensáveis à concretização da solução adoptada, em resultado do processo decisório municipal.
- Cronograma de execução processual/operacional.

B. Efeitos esperados

- Diversificação e qualificação da oferta cultural local.
- Melhoria das condições de gestão e optimização dos equipamentos culturais.
- Reforço da identidade do Concelho e das populações, visando o enraizamento local e a afirmação e visibilidade externas.
- Incremento do emprego gerado pelas actividades culturais.
- Criação de hábitos de consumo de produtos culturais, captando de novos públicos.
- Estímulo às colectividades de recreio e cultura, melhorando as condições para o seu desenvolvimento e para a divulgação das suas actividades.
- Promoção de competências pessoais e sociais da população residente, com efeitos em matéria de uma maior facilidade de inserção social e profissional.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal.
- Ministério da Cultura.

Projecto 18. VILA FRANCA DE XIRA - MUNICÍPIO DE QUALIDADE

A. Descrição/Justificação

A actual estrutura organizativa dos serviços municipais tem dificuldades em enquadrar dois desafios que caracterizam no presente a relação entre Administração e utentes: (i) melhorar de forma significativa a eficiência e a qualidade do serviço prestado; e (ii) ser parte activa e liderante em processos e iniciativas de desenvolvimento estratégico do Concelho.

Neste entendimento, considera-se necessário desenvolver um processo de melhoria da qualidade da gestão autárquica, entendido enquanto contributo para a mudança dos valores tradicionais da organização e das atitudes básicas de todos quantos nela trabalham e prestam serviços aos utentes (particulares e empresas).

Do ponto de vista da actuação, tem-se em vista alterar a infra-estrutura técnica e organizativa, de modo a criar as condições para que as diferentes áreas da gestão autárquica respondam aos utentes com eficácia e eficiência, critérios decisivos para avaliar uma administração moderna e que contribui para a competitividade dos beneficiários/utilizadores.

A concretização dos objectivos definidos pressupõe a implementação, a prazo, de um Sistema de Gestão da Qualidade nos Serviços Autárquicos, por referência às normas ISO 9000/2000, com vista a satisfazer de forma mais eficiente os requisitos dos “cliente”/cidadão.

No plano da concretização dos objectivos operacionais que respondam ao binómio modernização dos serviços/eficácia de actuação-desempenho de atribuições e competências, tem-se em vista as seguintes acções:

- ⇒ **Criação de um Serviço de Informação aos Municípios.** Tornar a Câmara mais próxima dos cidadãos, facilitando o acesso a informação estratégica no domínio de administração urbanística, do apoio à iniciativa empresarial e dos direitos do consumo.
- ⇒ **Adopção de procedimentos de programação plurianual.** Desenvolver a filosofia do planeamento estratégico no domínio da programação de actividades e da gestão económica e financeira, mediante a elaboração do Plano de Médio Prazo, associando-lhe um Orçamento Plurianual.
- ⇒ **Estudo de viabilidade de constituição de unidades de base empresarial para a gestão de serviços municipais.** Testar a possibilidade de desenvolver a prestação de determinados serviços convencionais num quadro para-empresarial (empresas municipais ou sociedades de economia mista). Estão neste caso, p.e., a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o arranjo e a manutenção de espaços verdes, a gestão de equipamentos colectivos e o fomento da actividade turística.
- ⇒ **Concepção de um Programa de Formação Profissional ligado à modernização dos serviços e ao recrutamento de base empresarial para a gestão de serviços municipais.** Desenvolver competências profissionais nos vários domínios de prestação de serviços municipais, visando a melhoria do seu grau de eficácia e a contribuição para a satisfação dos utentes.

B. Efeitos esperados

- Aumento da qualidade de vida e da cidadania dos habitantes do Concelho.
- Melhoria da qualidade e eficiência dos serviços autárquicos.
- Aumento do grau de satisfação dos utentes pelos serviços prestados.

- Reforço da competitividade dos utentes empresas.

C. Entidades interessadas/a envolver

- Câmara Municipal.
- Juntas de Freguesia.
- SMAS.

5 ARTICULAÇÃO DO PEC-VILA FRANCA DE XIRA COM OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

As Linhas Estratégicas de Desenvolvimento identificadas e os Programas de Actuação e os Projectos Estratégicos propostos revelam pertinência e oportunidade quando analisados à luz da visão estratégica e dos objectivos globais e específicos de desenvolvimento previstos para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, e em particular para a Área Metropolitana de Lisboa, consubstanciados no Programa Operacional da Região. Paralelamente revelam-se em grande medida compatíveis com uma visão não restritiva das orientações do PROTAML.

Os objectivos, as actuações e projectos constantes do **Plano Estratégico de Vila Franca de Xira** foram delineados tendo como pano de fundo os grandes desafios que se abrem não só ao Concelho, como à envolvente metropolitana, procurando encontrar uma necessária ainda que, por vezes, complexa integração em sistemas territoriais mais amplos e em mutação permanente.

Vila Franca pode retirar vantagens de relevo desta integração se conseguir aproveitar as oportunidades que decorrem sobretudo da sua condição natural de “porta de entrada” na Capital (reforçada pela reconfiguração recente dos territórios estatísticos ao nível de NUT II), mas pode também contribuir para a solidez do sistema no seu todo, se almejar assumir um papel de liderança em alguns processos, nomeadamente na implementação de iniciativas com forte grau de inovação e de demonstração, com reflexos na competitividade metropolitana.

5.1. Articulação com os objectivos estratégicos do PORLVT

A Matriz de Coerência entre Linhas Estratégicas de Desenvolvimento do PEC-Vila Franca de Xira e os Objectivos Globais de Desenvolvimento da Região Lisboa e Vale do Tejo revela de forma clara a coerência entre as opções estratégicas para o Concelho e os objectivos globais de desenvolvimento regional. Da leitura da Matriz sobressaem fortes níveis de articulação, nomeadamente, entre:

- ⇒ Os eixos estratégicos de desenvolvimento da Região e as LED 2 e 3. Estes enquadram acções de consolidação do dinamismo económico e de captação de investimentos inovadores e diferenciadores, partindo da realidade socioeconómica concelhia mas visando integrar o pelotão da frente do desenvolvimento científico e tecnológico, o

que pressupõe a captação e apoio a novos investimentos, bem como o reforço da capacidade competitiva de empresas instaladas, através de acções imateriais e físicas.

⇒ O eixo estratégico I e as LED 1, 4 e 5. Estas preconizam objectivos específicos convergentes, nomeadamente de intervenção para a promoção da qualidade urbana e ambiental, mas também de reforço da coesão social e territorial, pretendendo atenuar possíveis situações de exclusão interna ou no âmbito da Região, em que o Concelho se insere.

Matriz de Coerência entre Linhas Estratégicas de Desenvolvimento do PEC-Vila Franca de Xira e os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo

PORLVT	1. Construir um novo modelo de desenvolvimento (novos factores competitivos - qualidade das pessoas, das organizações e do território)	2. Desenvolver e consolidar funções singulares e relevantes no contexto do espaço europeu	3. Reforçar a presença da Região nas redes globais de comunicações
PEC VFXira			
1. Valorizar o património natural e cultural <i>Vila Franca de Xira, Município com identidade</i>	XXX	X	X
2. Produzir e difundir inovação <i>Vila Franca de Xira, Município inteligente</i>	XXX	XXX	XXX
3. Criar para o desenvolvimento sustentado da economia <i>Vila Franca de Xira, Município competitivo</i>	XXX	XXX	XX
4. Reforçar a coesão social e territorial <i>Vila Franca de Xira, Município solidário</i>	XXX	XX	XXX
5. Promover a reorganização dos espaços urbanos e dos serviços municipais <i>Vila Franca de Xira, Município de qualidade</i>	XXX	X	XX

XXX Coerência elevada XX Coerência intermédia X Coerência reduzida

5.2. Articulação de Programas e Projectos com o PROTAML

Tendo em conta o seu carácter estrutural, apresenta-se uma breve reflexão sobre a compatibilidade entre os Projectos Estratégicos mais ligados à actuação urbano-ambiental e as propostas que emergem do modelo territorial constante do PROTAML.

Convém destacar que o PROTAML é um Plano que pretende desenvolver uma estratégia regional de desenvolvimento territorial traduzida numa escala macro, enquanto que o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira reflecte um modelo de desenvolvimento que procura ter em conta as especificidades do Concelho e o papel que se espera que o mesmo possa vir a desempenhar no quadro da AMLnorte. Neste contexto, procura-se apenas contextualizar e/ou evidenciar os diferentes graus de aproximação entre os dois documentos estratégicos, distinguindo projectos estratégicos e objectivos gerais.

(a) Projectos Estratégicos

Novo Aeroporto de Lisboa (NAL). A implementação desta infra-estrutura aeroportuária apresenta virtualidades e ameaças para o Concelho, na medida em que pode ser geradora de actividades económicas, em especial na zona norte ou, pelo contrário reforçar o efeito de “Túnel” e alargar o espaço canal já existente conduzindo a uma maior marginalização do Concelho face aos principais pólos de actividades existentes e em formação, na Área Metropolitana.

O aspecto central do PROTAML, em termos de concretização, traduz-se, nesta matéria, na identificação da unidade territorial Carregado/Ota/Azambuja, dotada de forte dinamismo industrial, de armazenagem e de logística centrado no Carregado e que se estende à freguesia da Castanheira do Ribatejo, especialmente à Vala do Carregado, concentração que será ainda mais dinamizada pela construção da A10 e do IC11.

No capítulo relativo às acções urbanísticas e considerando a implementação do modelo territorial, o PROTAML aponta para que os instrumentos de planeamento territorial do concelho de Vila Franca de Xira devam “ser revistos, com o apoio da administração central, afim de integrarem e compatibilizarem com o ordenamento dos respectivos territórios, o Novo Aeroporto Internacional de Lisboa e respectivos acessos, os interfaces de transporte de passageiros e de mercadorias e a reformulação do eixo de transportes Norte-Sul” e acrescenta que os instrumentos de planeamento territorial devem igualmente “contemplar a área de desenvolvimento logístico prevista no esquema do modelo territorial para a proximidade do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa, que deve constituir-se preferencialmente como um interface de transportes de mercadorias, para o qual devem indicar as necessárias condições”.

Daqui decorre que a futura construção do Novo Aeroporto não será necessariamente potenciadora de segregação do Concelho de Vila Franca de Xira, enquanto “Concelho canal de acesso a Lisboa”. Aquela construção dará origem a novas polaridades, que deverão ser aproveitadas pelo Concelho enquanto vizinho desta importante infra-estrutura. De uma forma sucinta, associadas à construção do Novo Aeroporto, teremos com reflexos em Vila Franca de Xira:

- alteração dos usos existentes;
- expectativas na área correspondente aos seus limites de implantação;
- forte condicionamento do uso do solo na área envolvente correspondente à zona de servidão futura do Aeroporto;
- ocupação preferencial de zonas imediatamente adjacentes com funções satélites do aeroporto;
- ocupação induzida dentro da envolvente da “meia hora de percurso”, onde se vão centrar as pressões de investimento imobiliário ao nível de serviços de apoio logístico.

Embora se verifique, de uma forma geral, uma concordância do Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira com as propostas do PROTAML, sublinha-se o facto de terem, entretanto, ocorrido algumas alterações no traçado da rede viária regional designadamente no ponto de ligação entre a A10, o IC11 e o IPI (que foi deslocado mais para norte) que vêm permitir ao concelho de Alenquer desempenhar a função de grande interface de transportes de mercadorias.

Tal significa que o papel a atribuir à zona norte do Concelho de Vila Franca de Xira deverá contemplar a fixação de actividades económicas ligadas ao terciário e à logística, acompanhado de alguma habitação e serviços às empresas, num ambiente que se pretende de grande qualidade paisagística e dotado das acessibilidades adequadas.

Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL). Equipamento localizado no limite do concelho de Loures com o concelho de Vila Franca de Xira, com capacidades indutoras e multiplicadoras do desenvolvimento económico no Concelho e, em especial, da zona de proximidade, em Vialonga.

O PROTAML, tendo em conta a estratégia delineada para reordenar a ocupação e o funcionamento da AML, propõe, no esquema do modelo territorial, a criação do eixo Bobadela/MARL/Alverca, conjugando abastecimento/distribuição com logística.

O MARL constitui uma área preferencial para o estabelecimento da rede logística metropolitana estabelecida no Programa de Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional, apontando-se para a sua consolidação e integração territorial.

Neste sentido verifica-se uma concordância do Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira com as propostas do PROTAML relativamente à fixação de actividades logísticas e de terciário na freguesia de Vialonga, situação, aliás, que já se começa a verificar no terreno. Para se atingir este objectivo deverão ser reajustados os perímetros urbanos, nomeadamente da Granja de Alpriate, Alpriate e Vialonga de forma a ser possível acolher e aproveitar as oportunidades emergentes.

Construção da AI0. Embora o PROTAML seja omissivo relativamente a esta questão, trata-se de um importante investimento que visa melhorar a mobilidade no interior do Concelho de Vila Franca de Xira uma vez que permite descomprimir o tráfego que actualmente se processa pelo IPI e no IC2 (EN10, EN1), ligando directamente a CREL ao Carregado.

A sua implementação permitirá alterar o estatuto da AI, no troço entre Alverca e Vila Franca de Xira, para via rápida, tornando pertinente a criação dos novos acessos no Sobralinho e em Vialonga. Esta é, aliás, uma das propostas contempladas no Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira.

Logística. O PROTAML dando sequência às prioridades estabelecidas no Programa de Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional, propõe a criação de um Centro de Transporte de Mercadorias (CTM) na zona de Alverca.

Este objectivo do PROTAML, constitui, igualmente, um ponto de convergência com o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira.

Turismo em áreas protegidas. Tem-se em vista o aproveitamento turístico e de ofertas de lazer e recreio, beneficiando das potencialidades e da qualidade da paisagem da área protegida da Reserva Natural do estuário do Tejo.

No que concerne às actividades económicas, o PROTAML realça o turismo como um sector da maior importância para a AML. Em particular salienta as vertentes do eco-turismo e agro-turismo concretizadas no âmbito da Rede Ecológica Metropolitana, não deixando, no entanto, de referenciar a promoção de outras modalidades turísticas nomeadamente em espaço rural, sempre com a grande preocupação da sua integração ambiental.

A estratégia delineada pelo Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira e a identificação de dois projectos estratégicos acompanha parte das propostas na área turística

especialmente no que se refere ao turismo em espaço rural. De facto o turismo constituirá um vector de desenvolvimento económico quer nas freguesias rurais quer no espaço da lezíria, permitindo recuperar o património arquitectónico existente nos meios rurais, qualificar o ambiente e a paisagem natural.

Neste aspecto assumem particular importância as freguesias rurais do norte do concelho (Cachoeiras e área poente de Castanheira do Ribatejo) as freguesias do Calhandriz e S. João dos Montes e a área da Lezíria do Tejo que poderão constituir núcleos de desenvolvimento de turismo de qualidade.

Rede Ecológica Metropolitana. O PROTAML considera a localização do concelho na AML, um território fundamental para a articulação da Rede Ecológica Metropolitana, elemento estruturante da estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental para a sustentabilidade da AML, com o Rio Tejo e a Lezíria, permitindo a continuidade da qualificação ambiental do arco metropolitano.

O estuário do Tejo, elemento fundamental da AML, é uma das áreas estruturantes primárias, possuindo áreas classificadas da maior importância, nomeadamente a RNET, a ZPE, Sítio ao abrigo da Convenção de RAMSAR e biótopo CORINE, com expressão significativa no território do Concelho.

O PROTAML para a implementação do modelo territorial prevê, nas normas orientadoras, concretamente no capítulo referente às acções urbanísticas, que os instrumentos de planeamento territorial “devem concretizar, no eixo Sacavém/Vila Franca de Xira, os espaços necessários à implementação da REM, em especial os corredores estruturantes primários e secundários, e as áreas vitais, na transição do arco urbano envolvente norte com a frente ribeirinha”.

O Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira confirma de uma forma geral as propostas contidas no PROTAML, chamando à atenção para o facto destas medidas constituírem um factor de sustentabilidade para a imagem e desenvolvimento do Concelho.

Faixa ribeirinha da margem direita. Sendo uma zona da maior sensibilidade ambiental, vai permitir fazer a articulação das áreas urbanas (população) com o rio Tejo, sendo proposto pelo Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira a sua ocupação com actividades compatíveis com a salvaguarda dos valores ambientais.

Relativamente à faixa ribeirinha, especialmente a do concelho de Vila Franca de Xira, o PROT é muito claro nas normas orientadoras afirmando ser importante “Libertar o espaço ribeirinho de ocupações pesadas com edificação contínua para a criação de corredores de ligação ao interior e de espaços de recreio e lazer” e também no capítulo referente às acções urbanísticas regista que os instrumentos de planeamento territorial “devem afectar a espaço público, constituindo áreas de recreio e lazer, as áreas de baixa aluvionar localizadas na zona ribeirinha dos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira”.

A recuperação da frente ribeirinha deverá ser um investimento a utilizar para por em prática a medida anteriormente referida. De facto, planeada e executada de forma cuidada, esta renovação poderá controlar a densificação de uma forma suave e fazendo uso das potencialidades do Concelho, existentes e resultantes da inevitável diminuição da actividade da indústria pesada. Esta recuperação não poderá ser totalmente virada para o lazer, encarada de uma forma utópica, que se tornaria bastante difícil de gerir.

O realojamento de indústria mais “leve” far-se-ia de uma forma integrada e articulada com a sua envolvente de proximidade, evitando barreiras e incorporando a filosofia de requalificação ambiental do Concelho, favorecida pela coexistência com o corredor ecológico do Estuário do Tejo, na zona de Alverca. Este tipo de actividade convive de uma forma mais pacífica com o tráfego urbano, já que a segregação – desejável para o tráfego de pesados – deixa nestes casos de ser um problema, podendo vir depois a reflectir-se na capacidade de estacionamento, se não forem tomadas medidas paralelas de organização do espaço.

Esta nova industrialização, mais próxima do terciário industrial, possui menos raízes do ponto de vista funcional, o que implica uma mais fácil relocalização visto não depender da proximidade do local de chegada da matéria-prima, mas antes dos grandes eixos de escoamento dos produtos finais. Os nós de Auto-estrada funcionam assim como grandes pólos atractores deste tipo de indústria terciária carenciada de bons acessos que, por exemplo, tanto a A1 como o IC11, lhe proporcionam no Concelho.

Esta promoção da relocalização, reconversão ou modernização das áreas industriais em situação de declínio, abandono ou que causem problemas graves ao sistema urbano vizinho, virá privilegiar a fixação de novos usos compatíveis com a proximidade habitacional.

Da análise do PROTAML ressalta a ideia de confinar as ocupações ribeirinhas da margem direita do Rio Tejo entre as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, não prevendo o seu prolongamento para Norte (concelhos de Loures e de Vila Franca de Xira). Tomando à letra e como objectivo final a atingir a proposta do PROTAML, toda a margem ribeirinha do

Concelho deveria ser destinada a espaço público, o que se traduziria num esforço incomportável para a autarquia, que teria de manter e preservar uma faixa de 22 Km de extensão, onde a grande maioria dos terrenos são privados.

Neste domínio considera-se que o PROTAML não ponderou devidamente a existência de importantes unidades industriais localizadas na zona marginal do Rio Tejo sedeadas em Vila Franca de Xira (Cimpor, OGMA e Solvay) as quais, apesar de ocuparem áreas significativas junto ao Rio Tejo, ainda constituem um suporte de grande importância para o desenvolvimento económico do Concelho e até à escala nacional não parecendo possível, a curto ou médio prazo, a sua deslocalização.

O Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira aponta, em consonância com o PROTAML, para a requalificação da margem direita, libertando-a de ocupações pesadas inoperantes e em degradação, e favorecendo o contacto das populações dos aglomerados ribeirinhos com o rio Tejo.

Nesta perspectiva julga-se interessante a proposta do Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira para a elaboração de um **Plano de Ordenamento da faixa marginal do Rio Tejo**, de forma a regular a ocupação edificada, promover a valorização ambiental numa lógica integrada e de complementaridade de usos e funções. Este Plano definiria também as necessárias articulações da margem, com os núcleos urbanos próximos incluindo as expansões previstas. Estas ligações deveriam processar-se de forma a não proporcionarem o efeito de barreira física e visual relativamente à linha de margem mas, pelo contrário, deveriam efectuar-se segundo uma direcção perpendicular ao Rio Tejo, salvaguardando a passagem de linhas de água e de corredores de verde.

Esta proposta constituiria, nesta óptica, uma medida de aprofundamento das recomendações constantes do PROTAML.

Lezíria do Tejo. Tendo em conta o seu potencial agrícola e respectivas actividades complementares, dever-se-ão promover actividades relacionadas e também ligadas ao turismo (eco-turismo) o que leva a uma elevada aderência entre o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira e as propostas do PROTAML.

(b) Objectivos Gerais do Programa

Promover o ordenamento do território. O PROTAML no Capítulo referente às Normas Orientadoras, concretamente no ponto 1.2.1. – Ordenamento territorial e planeamento urbanístico, chama a atenção para a necessidade de prever nos instrumentos de planeamento

territorial os princípios e critérios que conduzam à implementação das unidades territoriais definidas.

Objectivamente regista-se que “Os IPT devem concretizar espacialmente, através da definição das tipologias dominantes de uso do solo, da aplicação de princípios e critérios de gestão adequados e da implementação de acções de controlo e contenção urbanística, as propostas e orientações contidas no PROTAML, no sentido de assegurar a estruturação, qualificação, reabilitação e revitalização do território”.

No âmbito das “normas específicas”, refere-se que os instrumentos de gestão territorial devem ter em consideração “uma política de solos que viabilize e promova o reparcelamento fundiário e a regularização do mercado de solos urbanizáveis e edificáveis, permitindo controlar a fragmentação da ocupação urbana do território e apoiar a definição de áreas de expansão urbana prioritária, designadamente no que se refere à promoção habitacional de qualidade”.

No âmbito do ordenamento do território, o PROTAML considera o Concelho como uma **área urbana crítica a conter e qualificar**. No seu Capítulo referente às acções urbanísticas, refere que os instrumentos de planeamento territorial “devem avaliar o grau de concretização das propostas contidas no Plano em vigor, garantindo que os acréscimos da área urbanizável só deverão ser admitidos se já estiverem concretizadas áreas superiores a 80% da área urbanizável inicialmente prevista” . Acrescenta, ainda, que, para se proporem novas áreas urbanizáveis se deve “demonstrar a necessidade urbanística (em resultado das dinâmicas da população e das actividades) de acréscimos de áreas urbanizáveis superiores a 10% da área efectivamente urbanizada e concretizada desde a sua entrada em vigor até ao início do processo de revisão”

Como se depreende desta disposição, o PROTAML define para o Concelho de Vila Franca de Xira uma política de contenção das áreas urbanas, condicionando fortemente as novas expansões para além das já previstas no actual PDM.

Neste domínio acredita-se que o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira, e mais concretamente o Plano Director Municipal – em fase de revisão - deverá apontar para a necessidade de uma reavaliação dos actuais perímetros urbanos tendo em conta o modelo de desenvolvimento que se pretende para o Concelho, designadamente: a zona norte (impacto do NAL); o papel de Alverca; o eixo de Vialonga/Tojais/Bobadela (no quadro do Programa de Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional); e as freguesias do Forte da Casa e Póvoa de Santa Iria (áreas a requalificar). De facto existem zonas integradas em perímetros urbanos que

deveriam ser retiradas por razões de ordem geomorfológica (sobretudo as localizadas em terrenos muito declivosos e com problemas de natureza geológica e geotécnica para as quais não existem intenções de investimento) e devolvidas ao solo rural, enquanto que outras deveriam ser integradas em solo urbano de forma a dar resposta à procura de terrenos para a expansão de unidades multiusos existentes e para fixação de novas actividades económicas, equipamentos particularmente na zona norte do Concelho e na freguesia de Vialonga. Nesta perspectiva, o cenário apontado no PROTAML, pelo facto de ser demasiado restritivo, condiciona o desenvolvimento funcional e económico do Concelho.

Fomentar uma política de ambiente urbano. No capítulo designado por estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental, o PROTAML prevê a aplicação da Rede Ecológica Metropolitana (REM) aos diversos níveis de instrumentos de planeamento territorial. Concretamente, refere que “ A implementação da REM, nos seus diferentes níveis, deve ser concretizada nos processos de planeamento, de requalificação urbana e da urbanização e ter como suporte o apoio a projectos, acções e obras que cumpram e concretizem os objectivos e as propostas da estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental”.

Como norma específica, o PROTAML preconiza que os instrumentos de planeamento territorial devem, nomeadamente “promover a urbanização programada, garantida por redes de infra-estruturas”, “definir limites coerentes e estáveis para os espaços urbanos, através da construção de frentes urbanas qualificadas...”.

Pelas questões identificadas no domínio do espaço edificado e pela continuada pressão urbanística a que este território se encontra sujeito, a preocupação do Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira com a definição de uma política de ambiente urbano encontra elevada aderência com estas propostas do PROTAML.

Qualificar o tecido urbano existente e previsto. No que diz respeito à qualificação das zonas urbanas, o PROTAML incentiva a que os instrumentos de planeamento territorial promovam “a contenção da densificação e a qualificação de áreas urbanas extensivamente saturadas”, salvaguardem “as áreas ainda livres de edificação para acolher os espaços públicos equipados e espaços verdes públicos...”, qualifiquem “urbanística e paisagisticamente as áreas urbanas tradicionais”, definam “mecanismos de reforço da imagem e identidade próprias dos aglomerados rurais”.

O Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira aponta para a reabilitação e preservação do património existente, nomeadamente dos centros antigos de Póvoa, Alhandra e Vila Franca de Xira bem como dos núcleos rurais do interior do Concelho.

As normas específicas indicam que a administração central “deve apoiar, nos termos da lei e dos programas existentes, as acções municipais que visem a requalificação e reconversão urbanística das áreas desqualificadas, designadamente dos centros históricos degradados, das áreas urbanas periféricas, dos subúrbios habitacionais, dos bairros destinados a habitação social e das áreas de urbanização de génese ilegal (AUGI)”.

Considerando o PROTAML o concelho de Vila Franca de Xira como uma área urbana crítica a conter e a qualificar, considera-se importante que a Administração Central participe no esforço de requalificação do Concelho atendendo à sua situação particular: um espaço canal que penaliza fortemente a vida quotidiana das populações e cria fortes constrangimentos ao correcto ordenamento urbanístico do território concelhio

Manter e reforçar a capacidade do território para a vida e as actividades humanas com qualidade através da preservação dos principais sistemas naturais. Respeitante a esta matéria, em particular a REM, o PROTAML nas “normas específicas”, refere que os instrumentos de gestão territorial devem nomeadamente “compatibilizar o ordenamento do uso do solo com a REM, através das necessárias revisões, alterações ou ajustamentos”, “identificar, definindo regimes de uso do solo adequados, as áreas sujeitas a cheias ou alagamento temporário, as áreas adjacentes às linhas de água, assim como as situações de estrangulamento do sistema hídrico”.

Pelo facto de estar em revisão o Plano Director Municipal, bem como pelas orientações expressas nos projectos do Programa de Actuação urbano-ambiental, deve também aqui sublinhar-se a coerência da postura do Plano Estratégico com as orientações do PROTAML.

Contribuir para a qualificação da imagem do Concelho, reforçando o conceito de “Cidade Linear, Polinucleada”. Tendo em conta que os objectivos e os condicionantes do PROT não referem o conceito da cidade linear polinucleada, considerando o carácter genérico deste instrumento de planeamento, este ponto constituirá um cenário ideal do Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira que não colide com o documento estratégico regional podendo até ser a figura mais adequada para responder a algumas das suas exigências.